



BANCO NACIONAL DE ANGOLA

**Choques Externos e Respostas de Política nos Países da Comunidade
de Desenvolvimento da África Austral (SADC)¹**

Orlando Matos²
Suzana Camacho Monteiro³
Denise Soma⁴

¹Compõem a SADC a África do Sul, Angola, Botswana, Lesoto, Madagáscar, Malawi, Maurícias, Moçambique, Namíbia, República Democrática do Congo, Seychelles, Suazilândia, Tanzânia, Zâmbia e Zimbabwe.

² Consultor do Departamento de Estudos Económicos.

³ Subdirectora do Departamento de Estudos Económicos.

⁴ Chefe do Sector de Estudos Sectoriais do Departamento de Estudos Económicos.

Choques Externos e Respostas de Política nos Países da Comunidade de Desenvolvimento da África Austral (SADC)

RESUMO – O objectivo deste artigo foi duplo. Primeiro, visou-se analisar a sincronização de actividades económicas entre os países da SADC e as economias mais desenvolvidas, procurando, assim, organizar ideias já postas e testar hipóteses sobre o comportamento do fenómeno. O segundo objectivo, condicionado ao primeiro, consistiu em verificar até que ponto medidas de políticas económicas adoptadas nos países da SADC em termos de aumentos das Exportações como proporção do PIB - deliberados ou possíveis pelas circunstâncias - contribuíram para neutralizar os impactos de choques exógenos sobre o balanço em conta corrente como um todo e sobre o balanço de bens e serviços, dado que as sincronizações de actividades intensificadas facilitam a transmissão desses choques das economias avançadas para as menos desenvolvidas, tal como as do bloco económico africano. Os testes realizados dão suporte empírico tanto à existência de sincronização relativamente alta quanto à hipótese de que aumentos das exportações/PIB são consistentes com os impactos adversos de choques exógenos, dependendo da extensão e da natureza das crises subjacentes. As evidências são mais claras quando se usa a razão Balanço em Conta Corrente/PIB como indicador de choques. Nas crises nas recentes de 2001/05 e a actual que se iniciou em fins de 2008, qualquer que seja o indicador usado, as evidências de choques são igualmente mais expressivas quanto às respostas em termos de elevação das exportações como proporção do PIB, orientadas pela extensão ou natureza dos choques sobre os resultados do balanço em conta corrente. Isso ocorreu com mais ênfase em 2009.

Luanda, Dezembro de 2011

SUMÁRIO EXECUTIVO

O presente trabalho pretende analisar a sincronização das actividades económicas entre os Países da SADC e as economias mais desenvolvidas, bem como verificar como os choques externos afectaram os Países da SADC. Adicionalmente, pretende também, verificar até que ponto as medidas de políticas económicas adoptadas nos Países da SADC em termos de aumentos das Exportações em proporção do PIB - deliberados ou possíveis pelas circunstâncias - contribuíram para neutralizar os impactos de choques exógenos sobre o balanço em conta corrente como um todo ou sobre o balanço de bens e serviços, dado que as sincronizações de actividades intensificadas facilitam a transmissão desses choques das economias avançadas para as menos desenvolvidas, tal como para as da SADC.

Uma vez tratar-se de dois temas estreitamente relacionados (sincronização de actividades económicas vs. respostas de políticas de neutralização de choques), adoptou-se, no caso da sincronização, a estratégia de complementaridade, combinando-se análise tabular para contrastar as taxas de variações do PIB real antes e depois da crise internacional recente com análise de correlação e de regressão. No caso das respostas de políticas, usou-se, além da fundamentação teórica apresentada a título de revisão da literatura, um modelo de dados em painel para estimar a equação das exportações/PIB como função de choques externos. O uso desse procedimento justifica-se em face de disponibilidade de dados em *cross-section* (em nível de país) e séries de tempo (1990/2009). A racionalização teórica usada baseou-se na estrutura analítica proposta por Bacha (1987), segundo a qual: *Variações no déficit em conta corrente como proporção do PIB = Variações nos choques externos – Variações nas respostas de política + termo de erro.*

O estudo sugere a existência de sincronização entre a SADC e os Países mais desenvolvidos, isto é, a sincronização de actividades no período 1989/10 é expressiva, indicando as taxas de variação do PIB da SADC como um todo são, em geral, substancialmente associadas às do resto do mundo, sobretudo com a economia mundial como um todo (coeficiente de 0,57) e a União Europeia (0,44). No mesmo período, verificou-se a intensificação de relações económicas com a China, o Japão e a Área do Euro, contra declínio com os Estados Unidos. Além disso, observa-se a acentuada mudança com relação à economia chinesa (correlação de -0,24), sem sincronização no período 1989-97, contra elevado grau observado em 1998-10 (0,77). Contando-se os coeficientes positivos que indicam inter-relações comerciais e/ou financeiras, observa-se que, comparando-se os dois períodos (1989-1999 e 2000-2010), a África do Sul, Malawi, Namíbia, Seychelles e Zâmbia experimentaram aumentos de sincronização dentro do bloco, mas, apesar de significativamente inter-relacionados, registaram-se decréscimos no caso de Botswana, Moçambique, Swazilândia, Tanzânia e Zimbabwe. Nos demais países, os índices foram mantidos, e observam-se sincronizações mais abrangentes. Em síntese, esses resultados sugerem que, apesar da proximidade e da existência do bloco de integração, as inter-relações económicas dos países que compõem a SADC, à excepção do Zimbabwe, têm-se voltado mais para seus parceiros comerciais no resto do mundo.

Comparando-se os dados entre dois períodos, observam-se em geral acentuados aumentos de sincronização dos países da SADC com as economias mais avançadas, bem do bloco como um todo. A maioria dos Países apresentou, no período 2000-2010, sincronização mais forte com os países da União Europeia como um todo e com a Zona de Euro em particular, o que, em consequência, ocorreu com a SADC agregadamente. Tal resultado dá suporte empírico à hipótese de que os antigos laços coloniais desses países com a Europa. Há, no entanto, mudanças de redireccionamento, em que a China passa a estabelecer inter-relações económicas significativas,

juntamente com a Europa no caso da África do Sul, Angola, Madagáscar, Namíbia e Seychelles, ou isoladamente como se observa com relação ao Malawi, R. D. do Congo, Tanzânia e Zâmbia. No caso de Angola e Seychelles, as inter-relações económicas estimadas, apesar de ainda expressivas com os países europeus, são hoje mais fortes com a China. Por fim, registre-se a significativa redução dos índices de sincronização do Zimbabwe em relação aos países mais desenvolvidos no período mais recente.

Importa entretanto referir, que suporte empírico à hipótese da sincronização de actividades entre os dois blocos económicos, o que significa que eventos irradiadores de choques motivados por crises na União Europeia são transmitidos às economias da SADC, notadamente àquelas localmente mais relevantes (África do Sul e Angola) e/ou mais intimamente associadas a esse bloco de países mais desenvolvidos (África do Sul, Botswana, Namíbia, Madagáscar e Swazilândia), conforme mostram os coeficientes de correlação. Quanto os impactos nos períodos com registos de choques mais intensos, há evidência de impactos diferenciados e mais intensos no somente em período 2001/05 e em 2009, quando se usa a razão Balanço de bens e serviços/PIB para captar as adversidades externas. No entanto, com a utilização de indicador mais abrangente (Balanço em conta corrente/PIB), os resultados mudam significativamente, sugerindo que os efeitos de choques variam no tempo a depender na extensão e da natureza das crises que lhes são subjacentes.

Para a abordagem da penetração das exportações como função dos choques externos, analisaram-se as exportações em proporção do PIB dos países da SADC, que são inversamente associadas aos choques externos, o que indica que choques externos adversos geram resultados negativos no balanço de bens e serviços associados. Quando os níveis de exportações/PIB são mais elevados, sugere-se que esses países no período 1990/2009, diante de impactos de choques exógenos adversos, reagiram ou fizeram ajustes consistentes com aumentos da penetração das suas exportações como estratégia a adoptar para reverter quedas no balanço de bens e serviços: redução de superávits ou aumento de déficits.

Com o indicador de choques, que capta dimensões mais amplas do balanço da conta corrente, os resultados mudam significativamente, dando suporte empírico às hipóteses formuladas *a priori*. Esses resultados indicam que os impactos de choques adversos que induzem ou possibilitam níveis mais elevados das exportações/PIB são intensificados em diferentes fases crises, dependendo de sua extensão e natureza. Individualmente observa-se, que esses efeitos associados à equação apresentam níveis de significância estatística distintos. Nos períodos mais recentes, ressalta-se a significância do efeito dos choques em 2009, início plausível dos impactos da crise financeira actual sobre as económicas com actividades sincronizadas, como as do bloco africano em relação aos países mais avançados.

Assim, nos países da SADC, há evidências de que em geral os choques externos no período 1990/2009 motivaram reacções em termos de estabelecimento de políticas que neutralizassem os efeitos de choques, reflectidos directamente nos resultados do balanço em conta corrente como um todo, ou especificamente no balanço de bens e serviços. Entre as possibilidades de arranjos de políticas neutralizadores de choques externos, analisou-se a penetração das exportações (Exportação/PIB) como um indicador-síntese das acções deliberadamente empreendidas ou obtidas por força de outras acções e/ou possíveis pelas circunstâncias, levando à minimização ou neutralização dos impactos dos choques.

No final, realçou-se, que graças à baixa interconexão entre as instituições financeiras (através de exposições directas e de sistemas de compensação de pagamentos) os impactos desses choques,

inicialmente de carácter mais financeiro, manifestaram-se mais lentamente nas economias da SADC. Entretanto, os impactos adicionais em face do recrudescimento mais recente da crise na forma de estagnação económica das economias mais desenvolvidas e redução de ritmo de crescimento em países emergentes como Brasil, China e Índia não são ainda plenamente previsíveis, mas são certamente preocupantes.

Entretanto, as economias da SADC, sobretudo as não produtoras de matérias-primas essenciais como petróleo e metais, enfrentaram os efeitos de choques externos. Os problemas gerados por esses choques tendem a afectar inicialmente as contas externas, implicando sempre deficits em conta corrente e no balanço de pagamentos como um todo, tornando-se assim, um empecilho para a capacidade de resistência dessas economias através de reservas internacionais acumuladas ou de outros instrumentos.

A forma de resposta de política dos diversos Países da SADC também foi apresentada. Por último, de forma a direccionar os Países da SADC, a prevenirem-se de algumas crises e ou dar resposta às mesmas, deixam-se algumas recomendações, tais como a diversificação maior das economias da SADC, bem como dos parceiros comerciais, o maior incentivo aos Sectores de Agricultura, Pescas e outros, com vista para a substituição das importações. O reforço da Supervisão Bancária e análises macroprudenciais, bem como a maior coordenação das Políticas monetária e fiscal, constituíram considerações finais, com o objectivo de se reduzir atribulações do comércio internacional. Em termos gerais, os Países da SADC devem considerar todos os constrangimentos e “trade-offs” e desenhar um Programa apropriado de ajuste macroeconómico. Esse programa deverá descrever os problemas macroeconómicos, e, ao mesmo tempo a âncora das expectativas dos investidores referente à formulação e implementação de políticas macroeconómicas. Adicionalmente, o programa deverá reflectir, o montante de ajuste da política doméstica, e por conseguinte, a situação da sustentabilidade da sua dívida.

1. Introdução

1.1 *Background*: Contexto Problemático

As economias dos países da África como um todo experimentaram avanços estáveis na década finda em 2008, construindo, assim, fundamentos para crescimento mais alto e redução da pobreza⁵. Especificamente, as economias dos 15 países da SADC seguiram padrão semelhante.

Esse cenário otimista, no entanto, está agora deteriorado em virtude de factores fora do controle dos governos desses países. Com efeito, a crise financeira internacional, que eclodiu a partir de Setembro de 2008 nos Estados Unidos e intensificou-se com os problemas mais recentes de endividamento de países da União Europeia, sobretudo na Zona do Euro e mais especificamente na Grécia, Irlanda e Portugal, tem gerado choques com potencial de impactos adversos sobre as economias mundo afora, notadamente aquelas mais expostas ao cenário externo através de relações comerciais e/ou financeiras.

Graças à baixa interconexão entre as instituições financeiras através de exposições directas e de sistemas de compensação de pagamentos, os impactos desses choques, inicialmente de carácter mais financeiro, manifestaram-se mais lentamente nos países menos desenvolvidos da África, inclusive os da SADC, mas tornaram-se mais intensos após 2009, afectando empresas, minas, empregos, receitas governamentais e o sustento das famílias, etc.⁶. Os impactos adicionais em face do recrudescimento mais recente da crise na forma de estagnação económica das economias mais desenvolvidas e redução de ritmo de crescimento em países emergentes como Brasil, China e Índia não são ainda plenamente previsíveis, mas são certamente preocupantes.

As economias dos países menos desenvolvidos, sobretudo aqueles não produtores de matérias-primas essenciais como o petróleo e metais, vistas a partir da perspectiva histórica, sempre enfrentaram os efeitos de choques externos, originários em geral nas economias mais desenvolvidas. Os problemas gerados por esses choques tendem a afectar inicialmente as contas externas, implicando sempre deficits em conta corrente e no balanço de pagamentos como um todo, minando, assim, a capacidade de resistência dessas economias através de reservas internacionais acumuladas ou de outros instrumentos.

Como os choques externos adversos afectam directamente o desempenho o balanço de pagamento, sobretudo os fluxos da conta corrente, os ajustes empreendidos para equilibrar as contas externas são variados, vão das políticas para estimular as exportações e dinamizar a economia à redução do consumo e do investimento na forma de retracção das importações e/ou da substituição de bens e serviços importados. Nessa relação de arranjos de políticas, incluem o combate à inflação como forma de manter o poder aquisitivo da população, os estímulos ao crédito à economia para estimular e aumentos de gastos fiscais, de modo a estimular a produção e o emprego.

⁵ Cf. *Report of the Committee of African Finance Ministers and Central Bank Governors* (2009).

⁶ Ver *Committee of African Finance Ministers...*

1.2 O Problema de Pesquisa

A busca de respostas para as questões implícitas nesse contexto problemático não é tarefa simples. São questões amplas, principalmente por envolver as economias de 15 países com características distintas, ainda que geograficamente próximas e com algum grau de actuação integrada por comporem um bloco económico.

Diante disso, ter-se-á que identificar nesse contexto geral, questões específicas passíveis de respostas com critérios de cientificidade. Desse modo, entre essas questões, centrou-se o foco sobre o processo de articulação entre as economias da SADC e as dos países mais desenvolvidas e, em caso afirmativo, indaga-se em que medida a penetração das exportações (exportação/PIB) constituiu, entre os vários arranjos de políticas possíveis ou de modo combinado, forma de enfrentamento de choques externos nos países da SADC ao longo do tempo.

Assinale-se que esse problema envolve duas dimensões complementares, que formam um todo. Com efeito, somente faz sentido analisar a eficácia de políticas de reversão de impactos de choques externos adversos através do aumento da penetração das exportações, se essas adversidades exógenas forem efectivamente originárias do processo de articulação simultânea ou de sincronização de actividades económicas entre regiões em virtude de vinculados comerciais e/ou financeiros.

Por essa razão, a análise desenvolvida consistiu em verificar inicialmente o grau de sincronização de actividades e em seguida a estratégias adoptadas para enfrentar os choques derivados no âmbito desse processo de interligação económica.

1.3 Objectivos e Justificação

De modo a dar respostas às questões consubstanciais no problema de pesquisa, persegue-se o objectivo geral de analisar a sincronização de actividades económicas entre os países da SADC e as economias mais desenvolvidas para que fosse verificado se os choques externos estimularam ou não ajustes macroeconómicos na forma de aumentos das exportações como proporção do PIB nos países do bloco.

A consecução desse objectivo geral requereu necessária e complementarmente os seguintes objectivos secundários:

- a) Caracterizar os países da SADC para compreender melhor suas peculiaridades mais relevantes;
- b) Analisar em que medida a crise financeira internacional em curso têm afectado as economias dos países da SADC;
- c) Descrever sucintamente a natureza das principais crises económicas ocorridas nos últimos 40 anos.

Tal análise justifica-se na medida em que o conhecimento gerado e as informações organizadas permitem sinalizar formas de enfrentamento dos choques externos adversos. Ademais, os resultados obtidos podem ser um ponto de partida para ampliar o debate sobre as complexas questões associadas ao tema.

1.4 Metodologia

Como caminho metodológico, recorreu-se à literatura especializada, discutindo-se ou apresentando-se, em cada tópico desenvolvido, aspectos teórico-conceituais pertinentes. Como se trata de dois temas estreitamente relacionados (sincronização de actividades económicas vs. respostas de políticas de neutralização de choques), adoptou-se, no caso da sincronização, a estratégia de complementaridade, combinando-se análise tabular para contrastar as taxas de variações do PIB real antes e depois da crise internacional recente com análise de correlação e de regressão.

No caso das respostas de políticas, usou-se, além da fundamentação teórica apresentada a título de revisão da literatura, modelo de dados em painel para estimar a equação das exportações/PIB como função de choques externos. O uso desse procedimento justifica-se em face de disponibilidade de dados em *cross-section* (em nível de país) e séries de tempo (1990/2009)⁷.

Além desta introdução, o texto está estruturado em mais quatro tópicos gerais. No próximo, são descritas as características mais relevantes dos 15 países da região da SADC. No terceiro tópico, discute-se conceitual e teoricamente como os mecanismos de transmissão de choques externos gerados em geral nas economias mais desenvolvidas atuam sobre as economias menos desenvolvidas e em especial sobre as economias da SADC, de modo a identificar algum padrão de ciclos económicos sincronizados, além da apresentação de evidências de sincronização entre os países da SADC e as de países mais desenvolvidos. Em seguida, analisa-se resumidamente a evolução da economia mundial nos últimos 40 anos, com vistas a identificar eventos irradiadores de choques, descreve-se a experiência de países da SADC quanto à políticas de ajustes macroeconómicos diante de choques externos, apresentando por fim um modelo formulado para analisar as respostas dos países da região aos esses choques. Por fim, são alinhados a título de considerações alguns achados que permitam ampliar a compreensão e subsidiar possíveis acções anti cíclicas dos governos da região, assim como são sugeridas medidas de políticas que emergem da análise.

2. Breve Caracterização das Economias da SADC

A proposta de análise dos impactos dos choques externos sobre as economias da SADC e das respectivas reacções dos governos da região na tentativa de neutralizá-los requer a organização de informações que a caracterizem e a identifiquem como um todo e seus componentes em particular.

Com relação à SADC (Comunidade de Desenvolvimento da África Austral), trata-se de comunidade estruturada como bloco económico em 1992, compreendendo 15 países localizados ao sul da África, a saber: África do Sul, Angola, Botswana, Lesoto, Madagáscar, Malawi, Maurícias, Moçambique, Namíbia, República Democrática do Congo, Seychelles, Suazilândia, Tanzânia, Zâmbia e Zimbabwe. Os objectivos da SADC, como bloco, são resumidamente os seguintes: a) promover o crescimento económico e o desenvolvimento social como forma de reduzir a pobreza; b) promover e defender a paz e a segurança de modo a alcançar níveis de desenvolvimento auto-sustentável baseado na confiança e na interdependência dos estados-membros; c) obter complementaridade em programas e estratégias nacionais e regionais; d) promover e maximizar

⁷ Sobre as vantagens de modelos de dados em painel, apresentadas no Capítulo, ver, entre outros, Asteriou e Hall (2007), p. 344.

empreendimentos produtivos e a utilização dos recursos naturais da região; e e) reforçar e consolidar as longas afinidades históricas, sociais e culturais e de ligações entre os povos da região⁸.

Apesar de sua proximidade geográfica, das afinidades históricas e dos propósitos de empreendimento de projectos comuns, as economias dos países da SADC ostentam características distintas em muitos aspectos.

Com o objectivo de contrastar diferenças e similaridades, características associadas à extensão territorial, densidade demográfica, população, grau de urbanização, actividade económica, PIB per capita e índice de desenvolvimento humano (IDH) para cada país da SADC e da região como um todo são apresentados na Tabela 2.1.

A SADC como um todo ostentava Produto Interno Bruto (PIB) da ordem de 429,7 mil milhões de dólares em 2009. A população atingiu 276,4 milhões de habitantes em 2010. Desse total, 35,5 por cento vivem em centros urbanos, enquanto os 60,5 por cento restantes estão ainda no meio rural. O PIB per capita situava-se no patamar de 1.555 dólares e índice de desenvolvimento humano médio era de 0,381, muito abaixo dos níveis observados nos países desenvolvidos. A área da SADC totaliza 9.854 km², extensão territorial maior do que a de países como os Estados Unidos, China e Brasil.

Individualmente, os países-membros da SADC são muito diferentes. A extensão territorial varia de 0,5 km² das Seychelles aos 2.344,5 km² da República Democrática do Congo, passando pelos 1.246,7 km² de Angola e 1.221,0 km² da África do Sul, para acentuar apenas os maiores em superfície. O PIB, por sua vez, concentra-se na África do Sul com 66,6 por cento do total da SADC, vindo em seguida o de Angola com participação de 8,1 por cento e o da Tanzânia com 5,2 por cento. A população urbana predomina na África do Sul com 61,7 por cento do total, seguida da Botswana (61,1 por cento), Angola (58,5) e Seychelles (55,3). Os menores índices de urbanização estão, nessa ordem, no Malawi (19,8 por cento) e em Suazilândia (21,4).

Tabela 2.1
Características Seleccionadas dos Países da SADC, 2009-2010.

PAÍS	Extensão Territorial (Mil km ²)	População em 2010 (Mil habitantes)	População (% sobre total)	População Urbana 2010 (%)	Densidade Demográfica (Habitantes/km ²)	PIB em 2009 (Milhões de USD)	PIB (% sobre total)	PIB per capita (USD)	Índice de Desenvolvimento Humano 2010 (IDH) ¹
África do Sul	1.221,0	50.492	18,3	61,7	41,4	285.983	66,6	5.707	0,597
Angola	1.246,7	18.993	6,9	58,5	15,2	34.991	8,1	1.892	0,403
Botswana	581,7	1.978	0,7	61,1	3,4	11.620	2,7	5.959	0,603
Lesoto	30,4	2.084	0,8	26,9	68,7	1.613	0,4	780	0,427
Madagáscar	587,0	20.146	7,3	30,2	34,3	8.790	2,0	448	0,435
Malawi	108,5	15.692	5,7	19,8	144,6	4.860	1,1	318	0,385
Maurícias	2,0	1.297	0,5	41,8	635,8	8.668	2,0	6.729	0,701
Mozambique	801,6	23.406	8,5	38,4	29,2	9.579	2,2	418	0,284
Namíbia	824,3	2.212	0,8	38,0	2,7	9.310	2,2	4.288	0,606
R. D. do Congo	2.344,9	67.828	24,5	35,2	28,9	11.204	2,6	170	0,239
Seychelles	0,5	87	0,0	55,3	191,2	788	0,2	9.354	...
Swazilândia	17,4	1.202	0,4	21,4	69,2	3.161	0,7	2.668	0,498
Tanzânia	945,1	45.040	16,3	26,4	47,7	22.351	5,2	526	0,398
Zâmbia	752,6	13.257	4,8	35,7	17,6	12.748	3,0	985	0,395
Zimbábwe	390,8	12.644	4,6	38,3	32,4	4.056	0,9	324	0,140
Região da SADC	9.854,4	276.358	100,0	39,5	28,0	429.722	100,0	1.555	0,381

Fontes originais: População: Indicators on population, ONU/Divisão de Estatística; PIB: ONU/Divisão de Estatística; Extensão Territorial: Instituto de Geografia e Estatística (IBGE-Brasil); IDH: Human Development Indices, ONU/Development Programme

Dados disponíveis em: <http://www.ibge.gov.br/paisesat/main.php>, acesso em 26.08.2011.

¹ O IDH da região da SADC foi obtido por ponderação da população de cada país com dados.

⁸ Cf. SADC Hoje (2005).

Quanto à distribuição do PIB, as diferenças são igualmente acentuadas. Com efeito, observam-se valores *per capita* em 2009 de 170 dólares na R. D. do Congo, 318 dólares no Zimbabwe e 324 no Malawi, contrastando com 9.354 dólares nas Seychelles, 6.729 nas Maurícias, seguidas da Botswana (5.959) e África do Sul (5.707).

Dado que o PIB *per capita* não leva em conta níveis de educação e de saúde como dimensões mais próximas do desenvolvimento social, considerou-se o índice de Desenvolvimento Humano (IDH), calculado pela ONU/PNUD. Os escores do IDH variam de 0 na ausência completa de bem-estar social e 1, pleno desenvolvimento humano. Desse modo, observam-se pelo IDH também as acentuadas desigualdades de desenvolvimento. Os escores mais baixos estão no Zimbabwe (0,170), na R. D. do Congo (0,239) e no Malawi (0,284), enquanto os mais altos estão nas Maurícias (0,701), Namíbia (0,606), Botswana (0,603) e África do Sul (0,597). De qualquer modo, esses números estão bem aquém dos níveis registados nas economias mais desenvolvidas, com escores superiores a 0,800.

Esse conjunto de características acentua a condição de economias menos desenvolvidas e, em consequência, sua vulnerabilidade, isoladamente ou em integradas em grupo, diante de choques externos, cujo controle escapa a todos, inclusive aos mais desenvolvidos, como se observa na actual crise.

3. Sincronização dos Ciclos Económicos: Aspectos Teóricos e Empíricos

O foco central aqui é avaliar como e em que medida os países das SADC reagiram aos choques em termos de políticas adoptadas para enfrentá-los. No entanto, é relevante que, antes disso, sejam discutidos a natureza desses choques e os mecanismos pelos quais eles são transmitidos de um país ou região para outras áreas geográficas. Ademais, como as respostas de política são ditadas os impactos dessas adversidades, originárias do processo de sincronização de actividades económicas inter-regionais, é igualmente importante que se reúnam evidências de todas essas relações com plausibilidade teórica. É isso que se faz a seguir.

3.1 Aspectos Teórico-conceituais da Sincronização de Ciclos Económicos: Revisão da literatura

A hipótese de que as economias menos desenvolvidas são atreladas às economias mais avançadas através de relações de comércio e financeiras é recorrente. Além disso, argumenta-se que as integrações produtiva e financeira entre os vários países e regiões têm-se ampliado com a onda de formação de blocos a partir dos anos 1970 e, conseqüentemente, suas interconexões têm sido cada vez mais intensas, de modo que o que acontece nos países ou regiões mais avançadas tende a respingar nas economias dependentes através dos canais de transmissão estabelecidos pelo comércio e pelos conseqüentes fluxos financeiros gerados, provocando o que se denomina choques externos.

Antes de discutir como se dá a sincronização de actividades económicas em diferentes países, descrevem-se a natureza e os tipos de choques transmitidos nesse processo. A propósito, Aarle *et al.* (2008) distinguiram, empiricamente, três tipos de choques, que denominaram estruturais. O primeiro tipo envolve os choques de oferta que reflecte, por exemplo, os choques de produtividade total de factores, choques específicos de investimentos, de oferta de trabalho, de preços de petróleo,

todos com reflexos na possibilidade de produção. O segundo tipo são os choques de procura real que compreendem, entre outros, choques de preferências, gostos e despesas governamentais. O terceiro são os choques nominais definidos como aqueles que podem afectar apenas variáveis nominais, como taxa de inflação ou taxas nominais de juros no longo prazo, mas sem impactos de longo prazo sobre as variáveis reais. Os resultados obtidos por esses autores mostram que a resposta dinâmica do hiato do produto a esses três tipos de choques é muito similar entre os países do G7⁹.

Na medida em que se estabelecem os mecanismos de transmissão desses tipos de choques de uma economia para outras, estar-se-ia diante de inter-relações sincronizadas de actividades económicas entre países, cujas causas têm sido associadas aos ciclos de negócios. Essa sincronização tem sido explicada teoricamente em termos de coincidência de ciclos e/ou é ditada pelo intercâmbio comercial e pelos fluxos de capitais.

Parece razoável, no entanto, não ignorar que sincronizações mais estreitas entre as economias desenvolvidas e aquelas menos desenvolvidas, independentemente de razões puramente económico-financeiras, podem residir na elevada dependência histórica destas últimas em relação àquelas, forjadas nos tempos coloniais e mantidas, por várias razões, com o passar do tempo, mesmo após a independência política.

A propósito, coeficientes de correlação entre as taxas de crescimento do PIB real dos países avançados e das economias menos desenvolvidos, calculados por Zhu (2008) dão algum suporte a essa hipótese. Na verdade, Zhu obteve coeficientes de correlação estatisticamente significativos (0,53) entre as taxas de crescimento do PIB real dos países da África subsaariana e da Europa para o período 1973-2005, quando comparados com as taxas dos Estados Unidos (0,37), Japão (0,21) e Países da OCDE¹⁰ (0,17). Apesar da indicação de outras conexões sincronizadas com as economias dos Estados Unidos, Japão e países da OCDE, padrão semelhante ao da África subsaariana observa-se nos países latino-americanos e da América Central em relação à Europa especificamente¹¹. Nesses países da América, tal como nos atuais estados africanos localizados ao sul do Saara, predominou a colonização europeia, sugerindo que laços económicos mais estreitos entre os países africanos e os do Velho Continente. Essa evidência sugere que vínculos culturais e linguísticos contribuem para a formação do processo de sincronização da actividade económica ao longo do tempo.

De um ponto de vista teórico mais comum, a sincronização económica tem sido explicada em termos da coincidência dos ciclos de negócios. Assim, baseados nessa racionalização, vários estudos têm analisado a integração que envolve as actividades económicas de economias, como a do México, com as da América do Norte, sobretudo Estados Unidos (Ponce *et al.*, 2010). Alguns autores examinaram a sensibilidade da economia mexicana aos choques nos economias mais ao norte (Estados Unidos e Canadá), enquanto outros estudiosos exploraram as propriedades estocásticas do PIB dos três países, encontrando ciclos comuns, mas não tendências comuns. Em contraste, um terceiro grupos de estudiosos identificaram tanto ciclos quanto tendências comuns (Ponce *et al.*, 2010).

⁹ O G7 abrange os Estados Unidos, Japão, Alemanha, Reino Unido, França, Itália e Canadá.

¹⁰ Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Económico, constituída atualmente por 34 países desenvolvidos de alta renda e elevado índice de desenvolvimento humano (IDH) e que aceitam os princípios da democracia representativa e da economia de livre mercado.

¹¹ Ver Zhu (2008), Table 1.

Kraay e Ventura (1995), ao observar elevado grau de sincronização das flutuações económicas de países da OCDE, sugerem que o elemento central em qualquer teoria das flutuações económicas deve estar na explicação sobre como os distúrbios económicos são transmitidas de um país a outro. Ao observarem que, apesar de grande parte da pesquisa recente enfatizar os choques de produtividade como fonte das flutuações de actividades económicas, tal postulação teórica não tem encontrado suporte empírico e a razão disso, segundo esses autores, é que esses modelos não têm enfatizado propriamente o papel que o comércio de *commodities* desempenha na determinação dessas flutuações. Com efeito, Kraay e Ventura, usando modelo estilizado do comércio de *commodities* e flutuações económicas, mostram como os distúrbios económicos são positivamente transmitidas internacionalmente, gerando alto grau de sincronização nas taxas de crescimento do PIB de países da OCDE no período 1965-90.

Tal transmissão tem ocorrido em virtude de o *boom* internacional aumentar os preços das *commodities* intensivas em trabalho, elevando, em consequência, os salários domésticos e estimulando o emprego e o produto internos.

A propósito, Imbs (2003), ao reconhecer a complexidade das interações entre abertura de comércio internacional, integração financeira, especialização e sincronização de ciclos de negócios, argumenta, também, que teoricamente tanto o intercâmbio comercial quanto de activos financeiros pode afectar a sincronização dos ciclos de negócios entre países. Isso implica que o comércio bilateral intenso tende a gerar actividades sincronizadas em ampla extensão de modelos teóricos, variando de modelos multi sectores internacionais com o comércio de bens intermediários a versões de sector único com choques monetários ou tecnológicos.

O impacto da integração financeira sobre a sincronização, por sua vez, não ocorre sem ambiguidade. Por um lado, a limitada capacidade de obter empréstimos e de emprestar no plano internacional cria obstáculos à transferência de recursos entre países e pode aumentar as correlações do PIB. Por outro lado, se os investidores têm informações imperfeitas ou enfrentam restrições de liquidez, limitando o fluxo de capitais, as correlações no PIB podem declinar, já que os investidores simultaneamente reúnem ou retiram capitais de muitas destinações.

A especialização, por fim, provavelmente afecta a sincronização internacional directamente. Isso naturalmente ocorreria na presença de choques específicos de sectores, já que duas economias que produzem o mesmo tipo de bens tenderão a estar sujeitas a desenvolvimentos estocásticos similares. No entanto, isso pode ocorrer somente se os sectores diferirem em suas respostas a choques monetários. Logo, os países com padrões de produção similares serão sincronizados, embora os choques sejam puramente agregados, segundo observam Kraay e Ventura (2001)¹².

Segundo Imbs (2003), tal teoria aponta também as potencialmente importantes interações indirectas. É exemplo bem conhecido que a abertura do comércio de bens resulta em especialização e, similarmente, liberalizações financeiras podem induzir a especialização, já que o acesso a uma crescente diversidade de títulos que perturba os padrões de consumo doméstico com base na produção interna, tornando a economia livre para especializar-se, calcada, por exemplo, em vantagens comparativas (Imbs, 2003: 3-4).

¹² Citados por Imbs (2003), p. 3.

Em síntese, a postulação teórica exposta por esses autores, conquanto possam não ser aplicáveis às economias da SADC em alguns aspectos, acentuam sempre o papel das relações comerciais como veículo de transmissão de choques externos e, portanto, o estabelecimento de sincronizações de actividades económicas. Por outro lado, na cadeia de causalidade ou de simples relação, a abertura do comércio de bens resulta em especialização económica, que, por sua vez, conduziria provavelmente à sincronização.

Nesses termos, a abertura ao comércio internacional e a intensificação do intercâmbio comercial, aliadas à dependência de mercados externos para comprar e vender bens e serviços, são mecanismos de transmissão de choques externos oriundos de economias mais desenvolvidas às economias dos países da SADC, estabelecendo-se uma sincronização ou coincidência de ciclos económicos.

3.2 Evidências de Sincronização Económica: Países da SADC vs. Economias Desenvolvidas e Emergentes

Tendo como quadro teórico de fundo a hipótese de coincidência de ciclos económicos, analisa-se agora em que extensão com que os choques externos gerados externamente têm afectado as economias dos países da SADC. Empiricamente, há várias formas de estabelecer-se a associação entre as variações do nível de actividade economia entre as economias de dois ou mais países.

A propósito, Ponce *et al.* (2010) apresentam levantamento das principais metodologias de análise da sincronização das actividades económicas ou dos ciclos económicos. Entre os métodos usados, estão cointegração de séries de tempo, análise espectral, correlações, análise de regressão, o método de Kydland-Prescott e ciclos comuns.

Para verificar o grau de sincronização de actividades entre as economias da SADC e as dos países mais desenvolvidas, adoptou-se aqui tanto análise de correlação quanto de regressão. Esta última consistiu em relacionar através de equação as taxas de variação do PIB real agregado dos países da SADC (YSA) como função das taxas de variação do PIB dos países com os quais as relações de comércio são mais intensas, não obstante se tenha optado aqui por estimar apenas uma equação representativa que associasse YSA com as taxas de desempenho económico de um país desenvolvido ou bloco económico mais estreitamente sincronizado com o bloco da SADC.

Tal escolha, melhor do que a simples correlação, tem duas vantagens: a) as taxas de crescimento do PIB dos países ou blocos de países-parceiros são variáveis exógenas por excelência, e b) o uso de regressão permite controlar características específicas que afectem o desempenho económico das economias da SADC, como conflitos políticos internos, condição especial como produtor de matéria-prima essencial como petróleo.

No caso da análise de correlação, coeficientes positivos indicam presença de sincronização, enquanto coeficientes negativos ou nulos sugerem actividades económicas não sincronizadas. Se forem negativos, pode-se interpretá-los como indicadores de dissociação de actividades económicas, o que, por certo, pode alterar-se ao longo do tempo com mudanças de relações comerciais entre países ou regiões.

Além disso, com a preocupação de avaliar a sincronização e ao mesmo tempo os impactos da crise financeira internacional corrente, usou-se, também, análise tabular para verificar a associação entre o desempenho económico das economias da SADC e o das economias mais desenvolvidas, antes e

depois da eclosão da crise no segundo semestre de 2008. Tal estratégia permite confrontar taxas de variações do PIB e extrair informações que complementam a análise de regressão. Os impactos dos choques originários da crise financeira internacional são analisados a seguir seguindo essa dupla estratégia de complementaridade.

A) Evidências de Sincronização entre as Economias mais Desenvolvidas e os Países da SADC: Perspectiva Histórica

Tendo em vista a hipótese teórica de existência de sincronização de actividades entre as economias da SADC e as de países mais desenvolvidos, verifica-se agora em que medida os dados lhe dão suporte empírico. Essas evidências foram organizadas em três tópicos. Primeiro, apresenta-se um quadro dos indicadores de sincronização de actividades económicas, medida pelo coeficiente de correlação entre taxas de variação do PIB real, abrangendo a SADC como bloco e as economias de países ou grupos de nações mais desenvolvidos. Em seguida, analisa-se a sincronização interna dos países que compõem a SADC, como forma de caracterizá-los quanto às suas inter-relações económicas. Por fim, são apresentadas evidências sobre a sincronização dos países-membros do bloco individualmente e a SADC como um todo com o resto do mundo.

A.1) Sincronização de actividades entre a SADC e os Países mais desenvolvidos

Coefficientes de correlação entre taxas de variação do PIB foram usados para indicar ou medir o grau de sincronização ou não-sincronização de actividades económicas. Dessa forma, a sincronização em si varia de 0 e 1, ou 0 a 100 em termos percentuais. Portanto, visando analisar o fenómeno das inter-relações económicas entre a SADC como bloco e as economias mais desenvolvidas, foram taxas de variação do PIB real para o período 1989-2010, segmentado em dois subperíodos para verificar como a sincronização se deu em fases distintas do tempo. Os resultados para a SADC como um todo são mostrados na Tabela 3.1.

Tabela 3.1
Coeficientes de Correlação entre as Taxas de Variação do PIB Real da SADC e de Blocos Económicos e Países Seleccionados – 1989-2010

Região/País	1989-97	1998-10	1989-10
Alta Renda	0,659	0,658	0,355
Area do Euro	0,307	0,560	0,305
OCDE	0,648	0,557	0,347
União Europeia	0,637	0,570	0,443
Mundo	0,789	0,710	0,567
China	-0,239	0,773	0,133
Estados Unidos	0,475	0,289	0,214
Japão	0,124	0,696	0,226

Fonte dos Dados Brutos: Database do Banco Mundial

Como se pode observar, a sincronização de actividades no período 1989/10 é expressiva, indicando as taxas de variação do PIB da SADC como um todo são, em geral, substancialmente associadas às do resto do mundo, sobretudo com a economia mundial como um todo (coeficiente de 0,567) e a União Europeia (0,443). Note-se, ainda, a intensificação de relações económicas com a China e com o Japão e Área do Euro, contra declínio com os Estados Unidos. Ademais, observe-se a acentuada

mudança com relação à economia chinesa (correlação de -0,239), sem sincronização no período 1989-97, contra elevado grau observado em 1998-10 (0,773).

A.2 Sincronização entre os Países-membros da SADC

Com relação aos países do bloco individualmente, foram usados também dados do período 1989/2010, mas seccionado em dois subperíodos: 1989/90 e 2000/10, com o objectivo de verificar se o nível de sincronização económica entre os países da SADC e entre estes e os países mais desenvolvidos aumentou ou não. Optou-se por essa periodização tendo em vista as mudanças que começaram a ocorrer no início dos anos 2000, quando a economia mundial, após uma fase de *boom* económico induzido pela tecnologia, deu sinais de fadiga. Ademais, o ano de 2001 alterou significativamente a geopolítica mundial após os ataques terroristas de 11 de Setembro¹³. Esses fatos, aliados à crescente integração económica iniciada em meados dos anos 1980, indicam a perspectiva de ampliação dos níveis de sincronização económica em geral.

Tabela 3.2
Coeficientes de Correlação das Taxas de Variação do PIB Real entre os Países da SADC, nos Períodos 1989/99 e 2000/2010.

Período/Grupo de Países/País	África do Sul	Angola	Botswana	Lesoto	Madagáscar	Malawi	Maurícias	Moçambique	Namíbia	R. D. Congo	Seichelles	Swazilândia	Tanzânia	Zâmbia	Zimbábue	SADC
PERÍODO 1989-1999																
África do Sul	1,00	0,47	0,07	-0,31	0,36	0,18	-0,46	0,58	-0,27	0,64	-0,21	0,10	0,25	0,13	0,47	0,94
Angola	0,47	1,00	0,42	-0,10	0,14	0,06	-0,10	0,16	0,41	0,87	-0,13	0,04	0,49	-0,27	0,31	0,71
Botswana	0,07	0,42	1,00	0,21	0,23	0,05	0,10	0,39	-0,05	0,46	0,65	0,58	0,39	-0,04	0,30	0,30
Lesoto	-0,31	-0,10	0,21	1,00	0,14	-0,58	0,69	-0,39	0,07	-0,05	0,47	0,44	-0,07	-0,31	0,15	-0,25
Madagáscar	0,36	0,14	0,23	0,14	1,00	-0,04	0,10	0,25	-0,61	0,31	0,43	0,34	0,46	0,20	-0,18	0,37
Malawi	0,18	0,06	0,05	-0,58	-0,04	1,00	-0,07	0,21	-0,44	0,16	-0,10	-0,04	0,35	0,50	0,10	0,21
Maurícias	-0,46	-0,10	0,10	0,69	0,10	-0,07	1,00	-0,36	-0,07	-0,24	0,54	0,11	0,14	0,10	0,06	-0,34
Moçambique	0,58	0,16	0,39	-0,39	0,25	0,21	-0,36	1,00	-0,39	0,27	0,15	-0,02	0,15	0,30	0,44	0,59
Namíbia	-0,27	0,41	-0,05	0,07	-0,61	-0,44	-0,07	-0,39	1,00	0,09	-0,35	-0,33	-0,29	-0,60	-0,05	-0,15
R. D. do Congo	0,64	0,87	0,46	-0,05	0,31	0,16	-0,24	0,27	0,09	1,00	-0,15	0,26	0,49	-0,28	0,37	0,81
Seychelles	-0,21	-0,13	0,65	0,47	0,43	-0,10	0,54	0,15	-0,35	-0,15	1,00	0,42	0,14	0,37	-0,06	-0,12
Swazilândia	0,10	0,04	0,58	0,44	0,34	-0,04	0,11	-0,02	-0,33	0,26	0,42	1,00	0,53	-0,10	0,37	0,17
Tanzânia	0,25	0,49	0,39	-0,07	0,46	0,35	0,14	0,15	-0,29	0,49	0,14	0,53	1,00	0,17	0,35	0,45
Zâmbia	0,13	-0,27	-0,04	-0,31	0,20	0,50	0,10	0,30	-0,60	-0,28	0,37	-0,10	0,17	1,00	-0,03	0,07
Zimbábue	0,47	0,31	0,30	0,15	-0,18	0,10	0,06	0,44	-0,05	0,37	-0,06	0,37	0,35	-0,03	1,00	0,55
SADC	0,94	0,71	0,30	-0,25	0,37	0,21	-0,34	0,59	-0,15	0,81	-0,12	0,17	0,45	0,07	0,55	1,00
PERÍODO 2000-2010																
África do Sul	1,00	0,70	0,63	0,14	0,38	-0,07	0,22	0,06	0,60	0,16	0,44	0,36	0,36	-0,17	-0,32	0,96
Angola	0,70	1,00	0,11	-0,17	0,03	0,20	-0,14	0,27	0,34	0,47	0,56	-0,09	0,57	0,02	-0,27	0,81
Botswana	0,63	0,11	1,00	-0,06	0,02	-0,17	0,22	-0,01	0,59	0,04	0,01	0,31	0,22	-0,33	-0,28	0,49
Lesoto	0,14	-0,17	-0,06	1,00	0,69	0,07	0,63	-0,44	-0,15	-0,41	0,11	0,58	-0,53	0,11	-0,02	0,12
Madagáscar	0,38	0,03	0,02	0,69	1,00	0,07	0,37	-0,11	0,20	0,06	-0,07	0,30	0,03	0,26	-0,22	0,39
Malawi	-0,07	0,20	-0,17	0,07	0,07	1,00	0,19	-0,32	0,29	0,63	0,18	-0,11	0,40	0,60	-0,14	0,10
Maurícias	0,22	-0,14	0,22	0,63	0,37	0,19	1,00	-0,74	0,34	-0,40	0,07	0,78	-0,35	-0,12	-0,05	0,18
Moçambique	0,06	0,27	-0,01	-0,44	-0,11	-0,32	-0,74	1,00	0,03	0,36	-0,08	-0,80	0,46	0,19	0,11	0,14
Namíbia	0,60	0,34	0,59	-0,15	0,20	0,29	0,34	0,03	1,00	0,39	-0,02	0,11	0,57	0,03	-0,28	0,61
R. D. do Congo	0,16	0,47	0,04	-0,41	0,06	0,63	-0,40	0,36	0,39	1,00	0,09	-0,61	0,90	0,60	-0,21	0,34
Seychelles	0,44	0,56	0,01	0,11	-0,07	0,18	0,07	-0,08	-0,02	0,09	1,00	0,13	-0,04	0,31	0,47	0,53
Swazilândia	0,36	-0,09	0,31	0,58	0,30	-0,11	0,78	-0,80	0,11	-0,61	0,13	1,00	-0,53	-0,50	-0,21	0,19
Tanzânia	0,36	0,57	0,22	-0,53	0,03	0,40	-0,35	0,46	0,57	0,90	-0,04	-0,53	1,00	0,29	-0,39	0,49
Zâmbia	-0,17	0,02	-0,33	0,11	0,26	0,60	-0,12	0,19	0,03	0,60	0,31	-0,50	0,29	1,00	0,46	0,04
Zimbábue	-0,32	-0,27	-0,28	-0,02	-0,22	-0,14	-0,05	0,11	-0,28	-0,21	0,47	-0,21	-0,39	0,46	1,00	-0,24
SADC	0,96	0,81	0,49	0,12	0,39	0,10	0,18	0,14	0,61	0,34	0,53	0,19	0,49	0,04	-0,24	1,00

Fonte dos dados brutos: Base de dados do Banco Mundial

¹³ Ver Zhu (2008)

Os coeficientes calculados são apresentados na Tabela 3.2. Observa-se em geral baixa ou média sincronização económica no período 1989/99, mas índices mais elevados no período 2000/10. Todavia, não se pode afirmar houve aumento geral de sincronização de actividades entre os países que compõem o bloco em 2000/10 em relação ao período anterior.

Contando-se os coeficientes positivos que indicam inter-relações comerciais e/ou financeiras, observa-se que, comparando-se os dois períodos, a África do Sul, Malawi, Namíbia, Seychelles e Zâmbia experimentaram aumentos de sincronização dentro do bloco, mas, apesar de significativamente inter-relacionados, registaram-se decréscimos no caso de Botswana, Moçambique, Swazilândia, Tanzânia e Zimbabwe. Nos demais países, os índices foram mantidos. Observam-se sincronizações mais abrangentes.

Em síntese, esses resultados sugerem que, apesar da proximidade e da existência do bloco de integração, as inter-relações económicas dos países que compõem a SADC, à excepção do Zimbabwe, têm-se voltado mais para seus parceiros comerciais no resto do mundo, o que se examina a seguir.

A.3 Sincronização Económica com o Resto do Mundo

Os indicadores de sincronização de actividades económicas entre a SADC como um todo e componentes com economias parceiras mais desenvolvidas são mostrados na Tabela 3.3. Comparando-se os dados entre os dois períodos, observam-se em geral aumentos acentuados de sincronização dos países da SADC com as economias mais avançadas, bem do bloco como um todo, embora o padrão observação distinto. A maioria dos países apresentou, no período 2000/10, sincronização mais forte com os países da União Europeia como um todo e com a Zona de Euro em particular, o que, em consequência, ocorreu com o bloco africano agregadamente. Tal padrão é influenciado pelas interligações económicas mais significativas da África do Sul, Angola, Botswana, e Namíbia. Tal resultado dá suporte empírico à hipótese de que os antigos laços coloniais desses países com a Europa. Há, no entanto, mudanças de redireccionamento, em que a China passa a estabelecer inter-relações económicas significativas, juntamente com a Europa no caso da África do Sul, Angola, Madagáscar, Namíbia e Seychelles, ou isoladamente como se observa com relação ao Malawi, R. D. do Congo, Tanzânia e Zâmbia. No caso de Angola e Seychelles, as inter-relações económicas estimadas, apesar de ainda expressivas com os países europeus, são hoje mais fortes com a China.

Por fim, registre-se a significativa redução dos índices de sincronização do Zimbabwe em relação aos países mais desenvolvidos no período mais recente. O país, no entanto, interage economicamente mais com os países vizinhos, como se observou.

Em síntese, os dados indicam que a SADC, tomado como bloco, apresenta forte grau de sincronização de actividades económicas com o resto do mundo, tendo aumentado essa vinculação nos 11 anos que vão de 2000 a 2010. A diversificação de parceiros comerciais em nível de país é positiva no sentido de exposição a choques externos. No entanto, observa-se elevado grau de sincronização com os países da União Europeia Europa como bloco e com os da Zona do Euro (Coeficiente de correlação de 0,77).

Tabela 3.3
Coeficientes de Correlação das Taxas de Variação do PIB entre a SADC e os Países-Membros e de Grupos e Países mais Desenvolvidos nos Períodos 1989/99 e 2000/10

Período/Grupo de Países/País	África do Sul	Angola	Botswana	Lesoto	Madagascar	Malawi	Maurícias	Moçambique	Namíbia	R. D. Congo	Seicheles	Swazilandia	Tanzânia	Zâmbia	Zimbabwe	SADC
PERÍODO 1989-1999																
Grupo de Países																
Alta Renda	0,58	0,55	0,46	0,18	0,63	-0,25	-0,16	0,18	-0,10	0,63	0,20	0,64	0,57	-0,18	0,26	0,65
Área do Euro	0,07	0,65	0,71	0,15	0,16	-0,13	-0,10	0,01	0,31	0,63	0,13	0,61	0,59	-0,48	0,24	0,32
OCDE	0,56	0,56	0,50	0,21	0,66	-0,26	-0,10	0,20	-0,11	0,62	0,27	0,64	0,59	-0,14	0,27	0,65
União Europeia	0,44	0,76	0,61	0,06	0,45	-0,14	-0,21	0,26	0,13	0,81	0,04	0,49	0,60	-0,45	0,27	0,63
Mundo	0,72	0,60	0,40	0,09	0,60	-0,19	-0,18	0,27	-0,10	0,65	0,18	0,51	0,51	-0,07	0,31	0,77
Países Selecionados																
China	-0,03	-0,36	-0,75	-0,10	-0,32	-0,20	-0,07	-0,17	0,21	-0,43	-0,38	-0,78	-0,83	-0,02	-0,33	-0,26
Estados Unidos	0,50	0,26	0,10	0,08	0,79	-0,41	-0,14	0,39	-0,23	0,33	0,21	-0,05	0,07	0,02	-0,18	0,47
Japão	-0,02	0,08	0,31	0,29	-0,16	0,15	0,18	-0,33	0,00	0,10	0,18	0,76	0,42	0,01	0,42	0,04
PERÍODO 2000-2010																
Grupo de Países																
Alta Renda	0,84	0,25	0,77	0,18	0,38	-0,19	0,37	-0,16	0,60	-0,05	0,33	0,53	0,11	-0,18	-0,10	0,72
Área do Euro	0,88	0,32	0,73	0,34	0,42	-0,28	0,43	-0,08	0,52	-0,18	0,37	0,55	0,00	-0,23	-0,08	0,77
OCDE	0,84	0,24	0,75	0,18	0,37	-0,19	0,37	-0,16	0,59	-0,05	0,33	0,53	0,10	-0,18	-0,09	0,71
União Europeia	0,89	0,32	0,76	0,30	0,43	-0,29	0,40	-0,07	0,54	-0,15	0,33	0,54	0,04	-0,25	-0,13	0,77
Mundo	0,86	0,33	0,73	0,19	0,42	-0,03	0,38	-0,16	0,64	0,09	0,42	0,47	0,20	-0,02	-0,07	0,79
Países Selecionados																
China	0,56	0,76	0,07	0,11	0,27	0,44	-0,01	0,14	0,33	0,58	0,57	-0,09	0,45	0,48	0,06	0,72
Estados Unidos	0,78	0,18	0,76	0,09	0,33	-0,21	0,33	-0,21	0,59	-0,07	0,24	0,56	0,08	-0,26	-0,14	0,62
Japão	0,75	0,17	0,77	0,12	0,36	-0,09	0,29	-0,09	0,57	0,11	0,34	0,36	0,20	0,04	0,02	0,66

Fonte dos dados brutos: Base de dados do Banco Mundial

Sincronização alta ($0,5 < r < 1,0$)
 Sincronização média ($0,2 < r < 0,5$)
 Sincronização baixa ($0,1 < r < 0,2$)

De modo a explorar mais esse elevado nível de sincronização entre o bloco africano e a União Europeia (UE), estimou-se uma equação em que as de taxas de variação do PIB agregado da SADC (YSA) dependem das variações do PIB agregado da UE (YUE). Como forma de controlo dos efeitos de *outliers* e de mudanças de níveis, não captados por coeficientes de correlação, foram incorporados à equação as variáveis *dummies* D9093 e D0003 (mudanças de níveis de YSA) e D9696 (*outlier*). A variável D9093 assume o valor 1 no quadriénio 1990/93 e zero nos demais anos. D0003, por outro lado, vale 1 em 2000/03 e zero fora desse período. Já a *dummy* D9696 valor 1 em 1996 e zero nos demais anos. Essas características estruturais associadas às taxas de variação do PIB da SADC traduzem mudanças de desempenho económico não explicadas por variações no PIB da União Europeia¹⁴. Os resíduos estimados sugerem isso.

Nesse caso, a expectativa é o coeficiente da variável exógena YUE seja positivo estatisticamente significativo, confirmando a hipótese de forte sincronização económica entre os dois blocos.

Ao se incorporar essas variáveis de controlo, foram obtidos os seguintes resultados:

¹⁴ Claro que há alguma probabilidade de essas variações abruptas decorrerem de erros de medida do PIB. Nesse caso, possíveis erros podem ser atribuídos à fonte (Banco Mundial).

$$\begin{aligned}
& YSA=0,441 + 0,738 YUE + 3,053 DES - 1,991 D9093 + 2,900 D9696 - 1,736D0003, \\
& \quad (0,76) \quad (5,27) \quad (5,23) \quad (-2,92) \quad (2,71) \quad (-2,54) \\
& R^2=0,87, \quad Q(10)=4,41(p=0,93), \quad F_{JB}=0,99(p=0,61), \quad F_{AC}(1)=0,15(p=0,71), \\
& F_{HET}=0,85(p=0,37), \quad F_{RESET} = 0,64(p=0,67), \quad \text{Período 1989/10, } n=22.
\end{aligned}$$

Pelos testes realizados, não se rejeitam as hipóteses nulas de ausência de Auto correlação (estatística F_{AC}), presença de ruído branco [$Q(10)$], de especificação correta (F_{RESET}), heterocedasticidade (F_{HET}) e normalidade dos resíduos (F_{JB}), para níveis de significância dentro dos limites geralmente de até 5 por cento. Portanto, os pressupostos de validade econométrica dessa equação estimada não podem ser rejeitados.

Os coeficientes estimados são todos estatisticamente significativos para níveis de probabilidade de 5 por cento (variável D0003) e 1 por cento. Note-se em especial que as taxas de variação do PIB da SADC como um todo (YSA) são altamente condicionadas pelas taxas de variação do PIB da União Europeia (YUE) no período 1989/10. Isso dá suporte empírico à hipótese de sincronização de actividades entre os dois blocos económicos, o que significa que eventos irradiadores de choques motivados por crises na União Europeia são transmitidos às economias da SADC, notadamente àquelas localmente mais relevantes (África do Sul e Angola) e/ou mais intimamente associadas a esse bloco de países mais desenvolvidos (África do Sul, Botswana, Namíbia, Madagáscar e Swazilândia), conforme mostram os coeficientes de correlação (Tabela 3.3). Note-se que o controle de efeitos realizado com o uso de variáveis *dummies* permitiu a melhoria dos resultados já obtidos com base em correlação, reforçando o apoio empírico à hipótese de sincronização.

B. Evidências Adicionais de Sincronização e os Impactos da **Crise Financeira Internacional sobre as Economias da SADC**

Agora, centra-se na análise nos impactos dos choques externos oriundos da Crise Financeira Internacional, com dois objectivos: a) focar mais de perto os efeitos desse fenómeno mais recente, e b) reunir evidências adicionais sobre a sincronização de actividades económicas dos países da SADC e as economias que lhes ligadas por laços comerciais e financeiras.

Com efeito, as taxas de crescimento médias das economias da SADC e dos países parceiros comerciais, antes e depois da crise internacional, bem como os diferenciais que permitem compará-las entre os dois períodos são apresentados na Tabela 3.4. Os impactos adversos dos choques externos associados à crise são indicados por diferenciais de média negativos, embora não sejam comparáveis quanto à sua magnitude em virtude das diferenças nas taxas de variações entre países, mais baixas nos países desenvolvidos.

Observem-se, em primeiro lugar, tanto evidências claras de sincronização de actividades económicas quanto dos impactos adversos sobre 13 das 15 economias da SADC. As excepções a Zâmbia e o Zimbabwe que apresentaram taxas de crescimento médias no período pós-crise em relação ao período anterior à crise mais elevadas, principalmente o Zimbabwe. A explicação disso reside, por certo, em condições específicas desses dois países. No caso do Zimbabwe, a solução do conflito político e estancamento da consequente instabilidade macroeconómica nos anos pré-crise internacional explica possivelmente a recuperação económica. De qualquer modo, não obstante os impactos adversos serem diferenciados em função possivelmente das condições específicas, taxas

de variação menores ou negativas do PIB real em 13 dos países das SADC confirmam as expectativas de efeitos adversos dos choques associados à crise. Individualmente, registe-se o acentuado impacto negativo em Angola em virtude da forte queda dos preços do petróleo após a estagnação económica dos países compradores da *commodity*.

Tabela 3.4

Taxas de Crescimento do PIB Real dos Países da SADC e de Economias e Grupos de Países Desenvolvidos e Emergentes Seleccionados, antes e após a Crise Financeira Internacional – 2006-2010

GRUPOS DE PAÍSES/PAÍSES	ANTES DA CRISE				DEPOIS DA CRISE			Diferencial de Crescimento Médio (B-A)
	2006	2007	2008	Média 2006-08 (A)	2009	2010	Média 2009-10 (B)	
Países da SADC								
África do Sul	5,6	5,6	3,6	4,9	-1,7	2,8	0,6	-4,4
Angola	19,5	23,9	13,8	19,1	2,4	1,6	2,0	-17,1
Botswana	5,1	4,8	3,1	4,3	-3,7	8,6	2,5	-1,9
Lesoto	4,7	4,5	4,7	4,6	3,0	2,4	2,7	-1,9
Madagáscar	5,0	6,2	7,1	6,1	-3,7	-2,0	-2,9	-9,0
Malawi	7,7	5,8	8,6	7,4	7,6	6,6	7,1	-0,3
Maurícias	4,5	5,9	5,5	5,3	3,0	4,0	3,5	-1,8
Moçambique	8,7	7,3	6,8	7,6	6,3	7,0	6,7	-1,0
Namíbia	7,1	5,4	4,3	5,6	-0,8	4,4	1,8	-3,8
R.D. do Congo	5,6	6,3	6,2	6,0	2,8	7,2	5,0	-1,0
Seychelles	6,4	9,6	-1,3	4,9	0,7	6,2	3,5	-1,5
Suazilândia	2,9	2,8	3,1	2,9	1,2	2,0	1,6	-1,3
Tanzânia	7,0	6,9	7,3	7,1	6,7	6,5	6,6	-0,5
Zâmbia	6,2	6,2	5,7	6,0	6,4	7,6	7,0	1,0
Zimbabwe	-3,5	-3,7	-17,7	-8,3	6,0	9,0	7,5	15,8
Grupos de Países								
Mundo	5,2	5,4	2,9	4,5	-0,5	5,0	2,3	-2,3
Países Avançados	3,0	2,7	0,2	2,0	-3,4	3,0	-0,2	-2,2
Principais Economias Avançadas (G7)	2,6	2,2	-0,2	1,5	-3,7	2,8	-0,5	-2,0
Área do Euro	3,1	2,9	0,4	2,1	-4,0	1,7	-1,2	-3,3
União Europeia	3,5	3,2	0,7	2,5	-4,1	1,8	-1,2	-3,6
Países Desenvolvidos Seleccionados								
Alemanha	3,6	2,8	0,7	2,4	-4,7	3,5	-0,6	-3,0
Estados Unidos	2,7	1,9	0,0	1,5	-2,6	2,8	0,1	-1,4
França	2,4	2,3	0,1	1,6	-2,5	1,5	-0,5	-2,1
Japão	2,0	2,4	-1,2	1,1	-6,3	3,9	-1,2	-2,3
Reino Unido	2,8	2,7	-0,1	1,8	-4,9	1,3	-1,8	-3,6
Países Emergentes Seleccionados								
Brasil	4,0	6,1	5,2	5,1	-0,6	7,5	3,5	-1,7
China	12,7	14,2	9,6	12,2	9,2	10,3	9,8	-2,4
Índia	9,6	9,9	6,2	8,6	6,8	10,4	8,6	0,0

Fonte: Fundo Monetário Internacional (FMI), World Economic Outlook Database, Abril.2011 - Dados de 2010 são preliminares

Quanto à sincronização de actividades económicas implícitas nesses impactos adversos da crise internacional ora em curso, a evidência emerge na medida em que as taxas médias de variações do PIB real são sistematicamente menores depois da eclosão da crise, tanto nos países da SADC quanto nas economias desenvolvidas e emergentes mais expressivas (Brasil, China e Índia). A propósito, observem-se quedas acentuadas nas taxas de variação do PIB da economia mundial como um todo e das economias avançadas, notadamente nos países da União Europeia (diferencial de -3,6) e da Área do Euro (diferencial de -3,3), conforme mostram os dados da Tabela 3.4. Os Estados Unidos, apesar de não registar crescimento em 2008, quando eclodiu a crise em seu mercado imobiliário, apresentaram queda na variação do PIB real (-2,6) em 2009, houve recuperação em 2010 com crescimento de 2,8 por cento, mas sem voltar a atingir os níveis observados em 2006/07.

Isso constitui evidência de sincronização de actividades económicas entre as várias economias, quer sejam desenvolvidas ou emergentes, quer menos desenvolvidas.

Evidência adicional ou mais clarificada dos impactos dos choques externos originários da crise financeira internacional (CI) sobre as economias da SADC pode ser obtida com o controle das condições específicas que se observam em Angola, diferenciada por ser produtor de petróleo, e no Zimbabwe em face da instabilidade político-macroeconómica que gerou desempenho local altamente negativo antes de 2009. Para isso, usou-se análise de regressão que permitiu o controlo dessas condições através de variáveis *dummies* de impulso para o período anterior à crise. Assim, forem definidas as *dummies* Dao e Dzw que valem 1 para Angola e Zimbabwe antes da crise, respectivamente, e zero no caso contrário. Os impactos da crise são captados também através da *dummy* CI que assume o valor 1 para cada país após a crise e zero antes dela. Na verdade, o coeficiente da variável CI indica a redução na média das taxas de variação do PIB real dos países da SADC entre e depois da crise. A equação estimada da taxa de variação do PIB real do país da SADC *j* no período *t* (*t*=2006/08, 2009/10), y_{jt} , e as respectivas estatísticas de avaliação são apresentadas a seguir:

$$y_{jt} = 5,603 - 1,933CI + 13,464Dao - 13,903Dzw \quad R^2 = 0,738, \quad F = 24,40 \quad (p=0,00)$$

$$(8,62) \quad (-2,18) \quad (5,54) \quad (-5,72) \quad Q(10)=9,14(p=0,52)$$

$$DW=1,91, \quad F_{AC}=0,003 \quad (p=0,96), \quad F_{HET}=1,84 \quad (p=0,16), \quad F_{JB}=2,21 \quad (p=0,33), \quad n. \text{ de}$$

$$\text{observações} = 30$$

Os testes realizados rejeitam as hipóteses de presença de problemas de autocorrelação (estatística F_{AC}), heterocedasticidade (F_{HET}), não normalidade dos resíduos (F_{JB}) e de ruído branco [$Q(10)$] para níveis de significância elevados, como indicam os valores-*p* de probabilidade, todos muito superiores a 0,05, pelo que não se pode rejeitar a validade dos pressupostos subjacentes à equação estimada.

Com relação à equação estimada, interessa particularmente o coeficiente associado à *dummy* CI, indicativa dos choques externos associados à crise internacional, o qual é estatisticamente significativo para nível de 5 por cento. Isso significa que, ao se controlar ou “descontar” as condições específicas de produtor de petróleo de Angola e de instabilidade no Zimbabwe antes do início da crise em fins de 2008 ($Dao=Dzw=0$), a taxa de variação média dos países da SADC passou de **5,60** por cento antes da crise para o nível menor de **3,67** ($=5,60-1,93$) por cento durante a crise.

Tal diferença de crescimento médio estatisticamente significativo constitui evidência adicional e mais robusta sobre os impactos dos choques externos advindos da crise financeira internacional sobre as economias da SADC, confirmando e reforçando os resultados exibidos na Tabela 3.3.

4. Respostas aos Choques Externos pelos Países da SADC

As respostas ou reacções diante de problemas causados por choques externos podem ser avaliadas mais apropriadamente a partir de uma perspectiva histórica. As lições extraídas da experiência de enfrentamento dos choques externos adversos ao longo do tempo constituem subsídios relevantes para a avaliação do que ocorre no presente e para o delineamento de estratégias de acção futura.

De antemão, é importante mapear resumidamente a trajetória macroeconomia mundial e de suas implicações para as economias menos desenvolvidas, como as dos países da SADC. Desse modo, analisam-se a seguir as características mais relevantes que constituíram focos irradiadores de efeitos adversos às economias menos desenvolvidas, privilegiando o período 1970-2010, com acento específico nos choques gerados pela crise financeira internacional, que eclodiu nos Estados Unidos em 2008, cujos efeitos persistem.

4.1 Evolução dos Choques Gerados por Crises Económicas: 1970-2005

Até início dos anos 1970, a economia mundial experimentava, há aproximadamente três décadas, crescimento sem precedentes no comércio e na integração global. Em consequência, o cenário macroeconómico apresentava até então estabilidade. Três acontecimentos em sequência interrompem essa bonança. Em 1971, os Estados Unidos suspenderam a conversibilidade do dólar, ao perceberem que o regime de taxas câmbio fixadas se tornaram insustentáveis. O segundo evento relevante foi a flutuação das principais moedas europeias permitida pelos governos da Comunidade Economia Europeia em 1973, como reflexos da suspensão da conversibilidade do dólar. O terceiro e mais devastador evento ocorreu também em 1973. Trata-se do primeiro choque de preços do petróleo que interrompeu os fluxos de comércio e de capitais, levando os países menos desenvolvidos e não produtores de petróleo à exposição de choques externos expressivos, não obstante esses impactos adversos e o subsequente aumento do proteccionismo deixaram intacta a integração que se formara antes.

No período 1973-77, os países menos desenvolvidos mais interligados e expostos interligados às economias dos países desenvolvidos mergulham-se em recessão económica, devido tanto à ascensão dos preços do petróleo, de *commodities* e de alimentos como ao colapso do sistema de Bretton Woods.

Nesse cenário, no período de 1978 a meados dos anos 1980, dois acontecimentos foram marcantes. O primeiro foi o segundo choque de preços do petróleo em 1979, com a irradiação de mais impactos adversos, afectando notadamente as economias menos desenvolvidas não suficientes em energia derivada do petróleo. Em seguida, já no início dos anos 1980, os Estados Unidos adoptaram um misto de políticas monetárias e fiscais que implicou a elevação das taxas de juros por todo o mundo, além de atrair volumosos fluxos de capitais antes depositados em geral na Europa em face do baixo risco de aplicações financeiras naquele país. Esses recursos financeiros – denominados petrodólares - eram originários das exportações de petróleo, sobretudo dos países árabes. Como consequência, a elevação dos preços do petróleo, principal produto de importação em muitas economias, implicou a deterioração dos termos de troca dos países menos desenvolvidos não produtores de petróleo e mais dependentes de importações, enquanto as altas taxas de juros, aliada à preferência dos fluxos de capitais pelos Estados Unidos, levaram à crise de endividamento dos países que antes se beneficiavam da farta oferta de recursos dos petrodólares.

Na segunda metade dos anos 1980, o crescimento económico acelerou-se nas economias industrializadas, em razão possivelmente da queda dos preços do petróleo, políticas monetárias expansionistas e cooperação de política dos países desenvolvidos. Como subproduto da aceleração das economias dos países desenvolvidos, a economia mundial tornou-se crescentemente integrada, o permitiu crescimento mais rápido dos fluxos de comércio e financeiros do que o produto gerado.

Em 1988-89, a crise de poupança e empréstimos (S&L) levou a economia dos Estados Unidos junto com a economia mundial à depressão, seguida por quase oito anos do boom económico induzido pela tecnologia. No início dos anos 2000, a economia mundial exibiu sinais de redução de desempenho e o ano de 2001 testemunhou choques geopolíticos sem precedentes desencadeados pelos ataques, ocorridos em 11 de Setembro nos Estados Unidos.

4.2 Cenário antes e após o Início da Crise Financeira Internacional: 2006-2010

Após 2005, regista-se a repetição de choques externos na forma de ascensão do preço do petróleo e de alimentos, mas o acontecimento mais relevante que tem gerado a propagação de choques por quase todo mundo é a crise financeira internacional que eclodiu nos Estados Unidos em Setembro de 2008, não obstante tenha sido gerada antes, mas impactos mais efectivos a partir de 2009.

Na verdade, o período 2006-2010 não se caracterizou pela estabilidade macroeconómica. Os subperíodos 2006/08 e 2009/10 contrastam-se pela relativa bonança, apesar do baixo desempenho da economia americana em 2008, no primeiro triénio, contra acontecimentos tumultuantes nos dois últimos anos.

O biénio 2009/10, já contaminado pelo baixo desempenho da economia norte-americana em 2008, caracterizou-se por choques externos consideravelmente adversos decorrentes da crise financeira internacional, com efeitos macroeconómicos mais expressivos nos países da SADC a partir de 2009.

O colapso do mercado imobiliário norte-americano, com operações de financiamentos respaldadas em garantias hipóteses secundárias (*sub-prime*), e o subsequente desmoronamento do mercado financeiro americano resultaram em escassez de crédito e recessão nos Estados Unidos, constituindo o epicentro da mais grave e recente crise internacional, comparável somente ao colapso financeiro de 1929. A partir desse epicentro, outros mercados financeiros americanos de países desenvolvidos foram contagiados, resultando na crise global a partir de Setembro de 2008, em face das interconexões internacionais das grandes instituições financeiras, algumas consideradas grandes demais para quebrar (*too big to fail*).

Assim, essa crise financeira localizada transbordou-se, levando à crise económica global, cujos efeitos adversos chegaram rapidamente ao sector real das economias, na forma de queda na renda e na riqueza, demanda de bens e serviços, declínio no emprego e desemprego.

Quanto à sua natureza ou origem, vários factores subjacentes podem ser considerados para explicar essa crise desencadeada a partir do mercado imobiliário americano, destacando-se ineficiências nos mercados, ausência ou falha na regulação ou supervisão, interconexões dos mercados, ganância, etc.

Diferentemente das crises recentes nos países em desenvolvimento da Ásia e da América Latina, essa crise originou-se na maior economia mundial, os Estados Unidos, da qual várias economias dependem para vender seus produtos e serviços, assim como em termos de investimentos e transferências de dinheiro, etc.

Os países da SADC como economias dependentes das economias desenvolvidas e em desenvolvimento têm experimentado impactos directos dessa crise, notadamente aquelas mais

abertas e não produtoras e exportadoras de produtos essenciais à economia mundial, como o petróleo.

4.3 Políticas de Reacção aos Choques Externos

Duas questões tratadas aqui. Em primeiro lugar, discutem-se algumas implicações associadas à adopção de políticas contra efeitos negativos de choques externos, bem como aspectos teórico-explicativos subjacentes e a experiência de reacções antichoques com base nessas políticas por países menos desenvolvidos. Segundo, analisa-se como os países da SADC especificamente reagiram e resistiram aos choques externos em termos de políticas no sentido de ampliar suas exportações como proporção do PIB.

A. Enfrentamento de Choques Exógenos em Países menos Desenvolvidos

Os choques externos, naturalmente, são mais afectos às economias abertas, especialmente as emergentes e as exportadoras de bens primários. As reacções em termos política económica para enfrentar essas adversidades tanto podem potencialmente ampliá-las quanto atenuá-las (Céspedes *et al.*, 2005).

Vários arranjos de política económica podem ser delineados e executados para enfrentar esses choques exógenos a depender do cenário macroeconómico de cada país, resultando quase sempre em políticas de estímulos às exportações, substituições de produtos importados por similares nacionais, redução de gastos públicos. Na verdade, muitos países podem não reagir ou, mesmo reagindo, podem agravar os problemas¹⁵.

A propósito, Zhu (2008) testou a hipótese de que respostas de política economia empreendidas nos países menos desenvolvidos foram guiadas por choques externos. Os testes empíricos a respeito foram realizados em termos do desempenho de políticas da crescente participação no mercado mundial de exportações (exportações/PIB), substituição de importação por produção interna e redução de gastos agregados, na forma de “aperto” no consumo e no investimento, como reacção aos choques externos ao longo do período 1987/05¹⁶.

A racionalização teórica usada baseou-se na estrutura analítica proposta por Bacha (1987), segundo a qual:

$$\text{Variações no déficit em conta corrente como proporção do PIB} = \text{Variações nos choques externos} - \text{Variações nas respostas de política} + \text{termo de erro.}$$

Em outros termos, isso significa que variações no deficit em conta corrente dependem directamente de mudanças nos choques externos, mas que podem ser neutralizadas por mudanças de políticas, como reacção aos choques.

¹⁵Sobre a experiência de políticas adotadas pela Austrália, Brasil e Chile, como respostas aos choques externos associados às crises asiáticas em 1997-98 e ao baixo crescimento mundial e alta aversão ao risco em 2001-02, ver Céspedes *et al.* (2005).

¹⁶Zhu (2008), por certo, teve dificuldade de testar a hipótese incorporada aos modelos usados com séries históricas a partir de 1973 em virtude de quebras estruturais, *outliers*, mudanças de tendência.

Esses três componentes não só seriam estatisticamente relevantes para avaliar o desempenho da economia, como são também teoricamente significativos para explorar os mecanismos de transmissão de efeitos de ciclos económicos mundiais através dessa abordagem contábil.

Assim, choques adversos, como deterioração de termos de troca, redução da demanda por exportações e elevação das taxas de juros, contrairiam directamente a renda nacional através da redução da demanda agregada e/ou do poder de compra do produto existente e, mesmo que o produto nacional seja sustentável, cortes na renda seriam possíveis através de reacções em forma de políticas de austeridade governamental. Portanto, o consumo real e/ou a poupança deverão declinar. Em condições *ceteris paribus*, redução na poupança real implicaria queda no investimento e inibição do produto e da renda real no futuro. Ademais, os investimentos reais podem ser sustentáveis apenas se a taxa de poupança crescer ou se forem obtidos recursos no resto do mundo. De modo similar, o consumo real poderia ser sustentável somente se a taxa de poupança declinar ou se a disponibilidade de recursos externos aumentar. Portanto, fundos externos seriam também crucialmente determinantes importantes de choques externos.

Desse modo, os choques externos originários de fundos vindos do exterior podem ser favoráveis ou adversos para os países menos desenvolvidos. As economias que dependem de recursos externos podem acolher impactos mais adversos de choques externos. As economias mais vulneráveis às mudanças negativas no cenário externo – deterioração de termos de troca, elevação de taxas internacionais de juros, queda de investimentos estrangeiros directos e de provisões de matérias-primas fundamentais - enfrentam os maiores desafios. Em consequência, a ausência de estratégias apropriadas para administrar os choques externos adversos pode agravar o problema nessas economias, tornando-as permanentemente impotentes para reagir aos choques exógenos.

Não apenas os choques externos põem em movimentos o mecanismo de transmissão dos ciclos económicos mundiais. O intercâmbio comercial e algumas respostas de políticas influenciam-nos também. Assim, diante de baixa demanda por suas exportações, os países menos desenvolvidos podem experimentar desaceleração no nível de seu produto. Como consequência da escassez de matéria-prima essenciais importados, o produto deve declinar e, além disso, reduzir sua capacidade produtiva, mesmo sem declínio dos recursos produtivos domésticos. Tal situação contribui para o declínio da disponibilidade de divisas externas que, por sua vez, determinam o poder de compra de importações, além de inibir os investimentos e o crescimento da capacidade produtiva futura se os bens de capitais não puderem ser adquiridos internamente. Logo, no médio e longo prazos, ajustamentos estruturais aos choques externos serão exigidos para compensar a queda nos ganhos no comércio externo no curto prazo. Esses ajustamentos incluem decréscimos de investimentos e/ou de gastos internos, além de substituição de importações e/ou melhoria da competitividade das exportações.

Zhu (2008), usando tal abordagem teórica, testou a relevância dos vários choques externos do período 1973-2005 como motivação dos governos dos países menos desenvolvidos em termos de políticas neutralizadoras de déficits na conta corrente do balanço de pagamentos. O teste, realizado através de equações de regressão, consistiu em verificar como indicadores da acção política – exportações/PIB, substituição de importações, redução de gastos de consumo e de investimento – se diferenciaram entre vários choques, circunscritos a períodos criteriosamente definidos em função das características de cada crise que tal vulnerabilidade.

Quanto ao teste realizado, estimou uma equação de regressão em que a penetração das exportações (exportações/PIB)¹⁷ como resposta de política é função dos choques exógenos. Os efeitos destes foram captados, para o período 1987-2005, através de quatro variáveis *dummies*, que assumiram o valor 1 nos subperíodos 1987/91, 1992/95, 1996/00 e 2001/05, e zero no caso contrário, bem como termos de interação dessas *dummies* com variável que diferenciava as economias com elevado grau de crescimento (superior a 3 por cento) e aquelas com baixo crescimento presumivelmente em virtude de choques externos (inferior a 3 por cento). Os resultados obtidos dão suporte à hipótese de que as exportações como proporção do PIB nos países menos desenvolvidos foram guiadas por choques externos. Na verdade, os resultados obtidos por Zhu (2008), em virtude do uso de apenas *dummies* como variáveis exógenas, indicam somente diferenças de médias da variável penetração das exportações em cada subperíodo de crise, ao controlar os impactos dos demais, o que não deixa de ser achado relevante em face da confirmação teórica e da significância estatística dos coeficientes.

B. Respostas de Política dos Países da SADC aos Choques Externos

Dado que os choques externos reflectem sempre directamente no balanço de pagamentos de um país ou região e, conseqüentemente, nos componentes da procura agregada (Consumo privado, Consumo do Governo, Investimento, Exportação e Importação), acções de políticas económicas são sempre empreendidas no sentido de realizar os ajustes macroeconómicos requeridos.

Desse modo, antes de realizar testes para verificar em que medida políticas ou acções no sentido de ampliar as exportações como proporção do PIB são reacções a choques externos, vale registar a experiência dos países membros diante de problemas originários das várias crises externas com que se deparam em virtude do processo de sincronização de actividades económicas.

B.1 Experiência de Países da SADC com o Enfrentamento de Choques Externos

Com relação ao equacionamento desses problemas de crise externa, a experiência vivenciada pelos países-membros da SADC individualmente por certo diferem de acordo com suas características e magnitudes dos impactos dos choques exógenos enfrentados. Segue, portanto, descrição sucinta dessa experiência nos países para os quais se dispunha de informações.

Com relação a **Angola**, como país produtor de petróleo, os choques externos têm decorrido fundamentalmente da queda do preço do produto no mercado internacional. Assim, os impactos desses choques implicam sempre em retracção da procura agregada, em face da redução das exportações. Com efeito, a experiência recente mostra que, diante dos impactos adversos da crise financeira que eclodiu em Setembro de 2008, o PIB do país, segundo dados disponíveis, passou de um crescimento superior a 20 por cento naquele ano para níveis próximos de zero. Isso decorreu, em grande medida, da redução das exportações, quase totalmente de petróleo. As exportações totais crescerem pouco mais de 11 por cento em 2009, contra cerca 23 por cento no ano. As Exportações como proporção do PIB, por sua vez, passaram do nível de 76,3 por cento em 2008 para apenas 52,3 por cento em 2009, auge dos impactos da queda do preço do petróleo.

¹⁷ Os demais indicadores de política não geraram resultados significativos, de acordo com Zhu (2008).

As medidas adoptadas para amenizar os efeitos da queda das exportações variaram da manutenção da taxa de câmbio para conter a inflação e preservar o poder de compra da população às gestões no sentido de estimular o crédito. Isso foi possível porque as exportações de petróleo não são sensíveis à taxa de câmbio. Assim, os esforços no sentido de continuar exportando persistiram com a diversificação de parceiros e em face de contractos já assinados mas, mesmo assim, a participação das vendas externas no PIB declinou.

República Democrática do Congo (RDC) - a economia congoleza sentiu também os efeitos da crise financeira mundial de 2008 que afectou diversos sectores da economia domestica. Ocorreram impactos sobre o sector real devido às mudanças nos preços das commodities (petróleo e os preços elevados dos alimentos). Além disso, o enfraquecimento do crescimento económico dos principais parceiros da RDC, revelado pelo declínio em suas importações (que constituem as exportações da RDC) e os seus investimentos, tanto directo como de carteira. Este facto foi seguido por um abrandamento do crescimento económico na RDC. Em geral, devido aos efeitos da crise financeira global, os principais parceiros da República Democrática do Congo sofreram perdas de 0,27 pontos de crescimento em 2008 e 1,7 em 2009.

O impacto nas finanças públicas foi sentido pelo aumento das receitas sobre as despesas menos do que o proporcional e o ressurgimento do deficit orçamental do qual o financiamento através dos avanços e empréstimos do Banco Central levará ao ressurgimento da inflação monetária de origem orçamental.

A crise afectou também as relações externas, através de deterioração do saldo orçamental em moeda estrangeira. Existe uma forte correlação positiva entre a progressão da receita em moeda estrangeira e os preços das commodities, especialmente diamantes, cobre e petróleo. As despesas estrangeiras ampliaram, principalmente por causa das condições de segurança no Oriente, baixando o nível das reservas internacionais. No mercado cambial, houve uma contracção na oferta de moeda estrangeira, como resultado de menores receitas de exportação provocada pela queda dos preços mundiais, originando uma pressão sobre a taxa de câmbio, devido ao excesso de demanda sobre a oferta de moeda estrangeira. A crise financeira internacional impactou também as receitas de exportação na sequência do abrandamento da procura global e os preços das commodities caindo no mercado internacional.

Lesotho - foi atingido por vários choques nos últimos 10 anos, e alguns deles serão discutidos a seguir e, quando aplicável, as respostas a esses choques também serão discutidas. Quanto ao choque cambial, em 2001 Lesotho foi atingido por um choque da taxa de câmbio quando o rand (e, portanto, loti que está indexado a par com o rand) depreciou significativamente face às principais moedas. Enquanto por um lado a desvalorização do rand (portanto o loti) teve um impacto positivo no sector de exportação do Lesoto (indústria têxtil e vestuário), por outro lado levou a um salto na inflação. No entanto, este choque não pode ser mitigado uma vez que Lesoto tem um arranjo de câmbio fixo com África do Sul. O Choque do preço do petróleo (choque da oferta) em 2008, Lesotho, juntamente com outros países importadores de petróleo, foi atingido por um choque petrolífero. A inflação durante esse período também foi bastante significativa. Infelizmente, este não pode ser resolvido pelas autoridades sul-Africanas através da política monetária contraccionista, uma vez que a inflação estava a ser impulsionada por factores fora do controle das autoridades monetárias.

Choque de demanda (crise financeira global) – Desde a iniciativa do Growth Opportunity Act (AGOA), Lesoto tem sido um dos maiores produtores e exportador de têxteis para o mercado dos EUA, e0020o segundo maior empregador no sector formal. No entanto, como a economia dos EUA entrou em recessão, a demanda por produtos provenientes do Lesoto decresceu e isso levou ao despedimento de vários trabalhadores. Em resposta a isso, o governo deu alguma liquidez / capital para as empresas têxteis, a fim de mantê-los à tona.

Malawi – De formas a absorver os choques dos preços do petróleo e dos fertilizantes, as autoridades fiscais do Malawi implementaram políticas acomodatórias através de maiores empréstimos do Governo. Para complementar os esforços das autoridades fiscais, o Banco Central também afrouxou sua política monetária reduzindo a taxa do Banco de 15,0 por cento para 13,0 por cento em Agosto de 2010. Além disso, as autoridades afectaram 10,0 por cento da desvalorização da moeda local em agosto de 2011, de modo a corrigir parcialmente o desequilíbrio da Balança de Pagamentos provocado pelos preços crescentes da importação.

Para conter as pressões inflacionárias provocadas pelo aumento global dos preços dos alimentos e dos combustíveis, o Governo continuou a apoiar a entrada de subsídio sob a iniciativa do Farm Inputs Subsidy programme (FISP)), introduzido em 2006, que visa promover a segurança alimentar no país.

As autoridades do Malawi também envolveram o Fundo Monetário Internacional (FMI) para considerar o suporte de renda para o país através do programa Facilidade de Crédito Alargado (ECF). O programa ECF começou em 2010 e vai até 2012.

Maurícias – A julgar pelas taxas de crescimento do PIB – 3,1 por cento em 2009 contra média superior a 5 por cento no período 2006/08 -, os impactos adversos dos choques externos motivados pela crise actual não foram muitos significativos, o que, de resto, é reforçado pela perspectiva de crescimento estimado superior a 4 por cento em 2010/11. O sector de Serviços de Negócios & Bens Imobiliários (*Real estate & business services*) é o que tem contribuído para o crescimento económico em 2010, seguido dos sectores de Hotéis e Restaurantes, Seguros e Intermediação financeira e Transportes, armazenamento e comunicações.

Os investimentos privados como proporção do PIB, largamente concentrados no sector hoteleiro, experimentaram ligeira queda em 2009, em face das condições incertas que pesam sobre as perspectivas dos negócios económicos.

No sector externo, é digno de registo somente uma ampliação do superavit na balança de pagamento como um todo em 2009, comparado com o ano anterior. As perspectivas são de manutenção em 2010. A razão balança em conta corrente/PIB experimentou pequeno declínio de 2009 (7,4 por cento) em relação à situação em 2008 (10,1 por cento).

De modo geral os impactos de choques externos, em pese alguma incerteza nas condições de negócios, foram relativamente pequenos nas Maurícias, o pode ser atribuído às características da economia do país voltadas para o turismo.

Moçambique - a fim de amortecer o impacto dos choques externos na economia, um amplo conjunto de medidas foi tomada pelo Governo e pelo banco central. Deve-se entretanto destacar as seguintes medidas, especialmente as relacionadas com a recente crise económica e financeira:

- O acesso ao chamado "Mecanismo de choque exógeno", uma iniciativa do FMI que visa proporcionar o desembolso rápido de fundos para países que enfrentam choques exógenos;
- Negociação com os doadores, a fim de antecipar o desembolso de ajuda externa para apoio ao orçamento (2009);
- Congelamento dos preços dos combustíveis e alguns bens administrados para a minimização do custo da cadeia de produção interna e estimular a produção nacional (2008 e 2009);
- A aprovação do "Plano de Produção de Alimentos (2008 - 2011) " com o objectivo de reduzir a dependência externa do país;
- Flexibilização da política monetária baixando as taxas de política e a reserva compulsória (2009);
- Reforçar a intervenção do Banco Central no mercado cambial interbancário, a fim de conter a desvalorização da moeda nacional face ao dólar dos EUA;
- Reforço da supervisão bancária, concentrando-se em riscos macro prudenciais e aumentar a frequência de supervisões in loco;
- Mobilidade e diversificação da carteira investimentos do país, a fim de minimizar a exposição aos vários riscos.

Namíbia - Com relação a esse país, a experiência de enfrentamento de choques externos restringe-se aqui àqueles originários da crise de 2009, cujos impactos sobre a economia do país não foram completamente eliminados. Com efeito, a desaceleração do crescimento do PIB em 2008 (3,4 por cento) agudizou em 2009, quando se registou taxa negativa de 0,4 por cento. Em 2010, é esperado crescimento mais elevado. Em termos sectoriais, registaram-se quedas de desempenho económico acentuadas na mineração (mais de 40 por cento), na construção civil (cerca de 3 por cento) e na área de pesca (mais de 4 por cento), observando, neste último sector, declínio de actividades bem antes da crise e com perspectiva de continuidade.

A deterioração das actividades do sector externo em 2010, quando se registou déficit na balança de pagamentos contra superávit no anterior, decorreu fundamentalmente do significativo decréscimo na balança em conta corrente e na conta de capital e financeira. Assinale-se, como indicador dos impactos de choques externos, o substancial decréscimo das receitas de transferências correntes em 2010 em relação aos anos anteriores, enquanto o deficit da conta de capital e financeira se ampliou.

Registou-se também declínio significativo (mais de 26 por cento), mas, apesar disso, os investimentos estrangeiros directos cresceram substancialmente em 2010, o que é atribuído, em grande parte, a lucros reinvestidos. No caso da taxa de câmbio, houve apreciação do dólar da Namíbia em relação à moeda norte-americana e ao euro.

Diante do quadro gerado pelos reflexos da crise na economia do país, registem-se como medidas de anti-cíclica a redução das taxas de juros e dos gastos fiscais em 2009/10. Taxas de juros menores indicam estímulos à oferta de crédito, enquanto aumentos dos gastos fiscais visaram impedir que as reduções de receitas implicassem o comprometimento do crescimento económico. Isso levou ao aumento do endividamento país.

Seychelles – Como um pequeno Estado de Ilhas em Desenvolvimento, com uma economia relativamente pequena e aberta, que é altamente dependente do comércio internacional, Seychelles é particularmente vulnerável a choques externos.

Em resposta ao impacto negativo dos choques externos, no segundo semestre de 2008, as autoridades iniciaram uma série de consultas com o FMI que resultou em um acordo em Novembro de 2008, para um programa abrangente de reforma macroeconómica. Endosso do FMI do programa Seychelles também pavimentou o caminho para negociações formais com os seus credores na renegociação e / ou cancelamento de parte de sua dívida externa.

Devido a crise financeira global do final de 2008, 2009 e 2010 uma série de Investimento Estrangeiro Directo (IED) e projectos relacionados foram colocados em espera devido a dificuldades de financiamento. A indústria do turismo foi particularmente afectada por causa de atrasos na implementação do projecto e cancelamento de outros projectos. A crise também limitou o crescimento no sector de turismo com o registado da queda do número de visitantes. A fim de aumentar número de visitantes, o Seychelles Tourism Board (STB) adoptou uma nova estratégia de marketing em 2010 com o slogan "acessível Seychelles". A estratégia de diversificação de mercado promovida visou reduzir a dependência do país no mercado europeu, visando outros mercados, como África do Sul, China e Oriente Médio.

A Crise da dívida europeia -2011 ou seja, o agravamento da crise da dívida soberana na zona do euro teve um impacto adverso sobre o valor do euro, que geralmente seguiu uma tendência de depreciação face ao USD. Dado que a maior parte da renda do país é denominada em euros e a maioria dos pagamentos externos estão em USD, registou-se uma deterioração dos termos de comércio do país. Além disso, a incerteza sobre as taxas cruzadas Euro / USD tem exercido alguma pressão sobre a depreciação da moeda nacional, os Rupees de Seychelles (SCR). A liberalização da economia de Seychelles e a adopção de um regime de câmbio flutuante livre significava que as autoridades tiveram de deixar as forças do mercado seguir seu curso. O Banco Central do Seychelles só vai intervir no mercado de câmbio apenas para suavizar a volatilidade excessiva e assegurar condições de mercado ordenado.

África do Sul - Quanto ao enfrentamento dos impactos dos choques externos nos últimos 10 anos, o governo desse país adoptou várias medidas. Em 2001, após os ataques terroristas nos Estados Unidos, as taxas de câmbio rand/dólar depreciaram-se, estimulando as exportações e o repatriamento de rendimentos de exportações. Isso, no entanto, resultou em elevação do nível geral de preços a partir do início de 2002, o que ocorreu devido à inflação importada. Tal aceleração do crescimento dos preços levou o governo a adoptar o regime de metas de inflação.

Em 2004, forte apreciação do *rand* diante do dólar ocorreu, perdurando até início de 2006, o que gerou sério impacto sobre a competitividade das exportações da África do Sul, reduzindo os lucros das empresas e, portanto, o pagamento do imposto de renda corporativo ao governo.

Com relação os impactos gerados pela crise financeira de 2008 (crise do *sub-prime*), os impactos sobre a economia da África do Sul foram limitados, devido à política de ampliação de liquidez, aliado às características estruturais das instituições financeiras, cujo mercado de securitização imobiliária difere em relação ao dos Estados Unidos.

Com relação à crise financeira internacional e a recessão económica de 2008/09, o governo da África do Sul teve que aumentar seus gastos com programas sociais, além de ajudar as empresas estatais a financiarem seus projectos de investimentos de capital e incentivar a alocação de recursos em

educação e desenvolvimento rural. Adicionalmente, políticas fiscais e monetárias saudáveis têm sido perseguidas, de modo a reduzir a exposição do país dos maus tempos no comércio internacional.

Na perspectiva de reduzir os impactos dos choques externos, o governo da África do Sul delineou em seu orçamento de 2009 cinco objectivos

que guiam a resposta de política do governo à crise no médio prazo: a) protecção contra a pobreza, construção da capacidade de crescimento de longo prazo, sustentação do crescimento do emprego, manutenção de um nível de dívida sustentável e eliminação de barreiras sectoriais ao investimento e ao crescimento económico.

Ademais, como respostas mais específicas aos entraves comerciais devido à crise, destacam-se: a) a desaceleração das actividades de comércio externo que levem à contracção da produção e do emprego em vários sectores, e b) construção de infra-estrutura.

A crise de endividamento actual nos Estados e na União Europeia, que tem gerado a mais profunda recessão em sete décadas, implicou a primeira recessão na África do Sul em 17 anos, com perdas de empregos de quase um milhão. A resposta do governo local em 2010 se deu através de várias medidas de políticas fiscais, mas, dadas dificuldades de resolver esse problema de empregos perdidos, foi anunciado um *New Growth Path* com o objectivo de criar empregos de modo sustentável. Tal programa foi ancorado em cinco prioridades: educação, saúde, combate ao crime, desenvolvimento rural e criação de emprego.

Em síntese, os choques adversos sobre a demanda agregada foram contrapostos com medidas de gastos fiscais, aumentando em consequência os investimentos e os níveis de consumo, na medida em que medida tem visado a criação sustentável de empregos.

Swazilândia - Dado que a unidade local é fixada em paridade com o Rand sul-africanos, no ano de 2000 houve uma forte depreciação da taxa de câmbio devido a sistemáticas fugas de capitais da África do Sul. Em 2001, houve uma introdução do programa Africa Growth and Opportunity Act (AGOA), que viu um aumento no sector industrial.

Swazilândia foi afectada pelos choques petrolíferos de 2008 e experimentou duas taxas de inflação de dois dígitos. Em 2006/07 houve um aumento de aproximadamente 70 por cento das receitas públicas, uma vez que a actividade económica na África do Sul reanimou-se, devido aos preparativos da copa do mundo de futebol. Em 2010 Swazilândia registou uma queda nas receitas do Governo uma vez que as receitas da SACU diminuíram em cerca de 50 por cento devido à crise financeira.

Tanzânia – A economia da Tanzânia, tradicionalmente ligadas aos países avançados do Ocidente, tem reorientações suas relações comerciais com o Oriente, sobretudo com a China e Japão. Isso, por certo, explica os baixos reflexos da actual crise mundial sobre o país. Com efeito, dados disponíveis apontam pequena redução dos indicadores de desempenho em 2009, em comparação com os três últimos anos. A taxa de crescimento do PIB foi da ordem de 6 por cento, contra média em torno de 7 por cento em 2006/08. Ressalte-se o baixo crescimento do sector de Mineração em 2008/09 (média de 0,7 por cento), diante desempenho expressivo em 2006/07 (média de quase 5 por cento). Isso reflecte possivelmente retracção na procura internacional por produtos minerais do país pelos países mais avançados.

Os impactos originários da crise financeira internacional são observados principalmente no turismo, na evolução dos investimentos estrangeiros directos, preços de exportações mais baixos, menor crescimento do crédito ao sector privado e a arrecadação de receitas governamentais.

Alguns indicadores disponíveis permitem inferir sobre acções neutralizadoras desses choques externos, como medidas de aumento de liquidez e, conseqüente do crédito, como mostram a redução de taxas de juros e aumento do deficit fiscal em 2009 em comparação com o que se observou no triénio 2006/08. No caso do deficit fiscal, as perspectivas são de elevação em 2010.

Zâmbia – Desde 2000, o principal choque externo experimentado pela economia desse país tem origem na crise financeira internacional, associada aos distúrbios económicos de 2008/09, resultando em declínio da receita governamental originária de impostos de importação, devido à depreciação cambial e perda de empregos, sobretudo no sector de mineração. Além disso, registre-se como efeitos adversos da crise a depreciação da taxa de câmbio devido ao declínio dos ganhos de exportação e da fuga de capitais, bem como declínio no crédito ao sector privado, dada a aversão a risco dos bancos com relação às empresas.

Ademais, registre-se também a deterioração do desempenho dos sectores ligados às exportações, particularmente a mineração, indústria manufactureira e turismo, dado o enfraquecimento da demanda global. Isso, por sua vez, impacta negativamente os fluxos de divisas que resulta em volatilidade da taxa de câmbio e deficits fiscais.

No sentido de mitigar esses efeitos adversos, várias medidas de política económica têm sido empreendidas, destacando-se: a) aumento de alocação de fundos o sector de criação de animais em fazendas, desenvolvimento de infra-estrutura em fazendas e projectos de irrigação; b) benefícios fiscais ao sector de mineração; c) promoção de zonas económicas de múltiplas facilidades através de incentivos fiscais e do desenvolvimento de infra-estrutura de qualidade; d) aumento de alocação de recursos no sector de turismo para melhorar o acesso ao Circuito de Turismo do Norte (*Northern Tourism Circuit*) e d) revisão das tarifas de energia para cima de modo a atrair investimentos do setor privado.

No plano monetário, o país persegue uma política de acomodação, de modo ampliar de disponibilidade de crédito e ao mesmo tempo assegurar um ambiente de estabilidade macroeconómica. Tendo em futuro, há a necessidade de diversificação das exportações, já que as *commodities* primárias foram as mais afectadas pelos choques externos recentes.

Zimbabwe – Os impactos de choques externos sobre a balança de pagamentos do país decorrem da queda dos preços das *commodities* exportáveis como níquel, cobre, platina e, em menor grau, ouro em 2009, conforme dados publicados pela Bloomberg. Aliada a essa retracção das exportações, estão as dificuldades de importação em face da escassez de divisas.

Em consequência, o deficit em conta corrente do balanço de pagamento como proporção do PIB situou-se em níveis superiores elevados em 2008/09, atingindo 24 por cento em 2008 e 20 por cento em 2009, contra 18 por cento em 2008 e apenas 6 por em 2007.

Quanto à produção, os impactos da crise afectaram as casas de mineração, implicando o fechamento de empresas. Isso decorreu da queda do preço do níquel. Registre-se, na produção e exportação de platina, a cessação de operações e o cancelamento de projectos da principal empresa desse ramo de actividades, já que não teve acesso a créditos para a conclusão de projectos de expansão.

Apesar de a economia do Zimbabwe ter experimentado taxas negativas de crescimento como resultado instabilidade macroeconómica e da hiperinflação, o declínio exacerbou-se em face da crise financeira internacional de 2008, que afectou principalmente o produto dos sectores de mineração e manufactureiro. A partir de 2009, as taxas de crescimento começam a apresentar melhoria, sobretudo no sector de mineração.

Por outro lado, têm sido adversamente influenciados pela crise em 2009 em relação aos níveis anteriores os fluxos de investimentos em portfolio e os preços do petróleo bruto do tipo *Brent*.

Diante desse quadro, as respostas de políticas contra esses choques exógenos têm centrado em várias frentes como: a) estratégias de desenvolvimento que olha para dentro, na forma de diversificação de exportações de modo a reduzir a dependência excessiva de exportações de *commodities* primárias; b) desenvolvimento de esforços para acumular reservas internacionais em linha com os objectivos da SADC, de modo a minimizar os efeitos de choques externos; e c) adopção de estratégia agressiva de promoção de exportações por considerar mais eficiente do que a substituição de importações, já que é uma forma de promover crescimento económico sustentável. A respeito disso, a ênfase será na melhoria da competitividade do país, da produtividade e eficiência através da promoção de pesquisa, capacitação de recursos humanos e adopção de tecnologia.

Em síntese, a maioria dos países da SADC experimentou em algum grau os impactos adversos da crise financeira internacional actual, assim como, por certo, não passaram incólumes por crises anteriores, diante dos estreitos níveis de sincronização de actividades económicas em relação aos países mais desenvolvidos, notadamente os da União Europeia¹⁸. Os arranjos adoptados no sentido de ajustar os efeitos adversos das crises variam entre países, mas parece que medidas de políticas no sentido de minimizar esses efeitos centram-se em aumentos de gastos públicos para estimular actividades produtivas novas e/ou antigas e para manter o consumo governamental, bem como no estímulo da oferta de crédito à economia.

Esses arranjos explicitados aqui não são incompatíveis com medidas ou estratégias claramente deliberadas ou não no sentido de elevar as exportações como proporção do PIB (Exportações/PIB) ou a penetração das exportações. A explicação reside no fato de que, mesmo que o PIB apresente taxas de variações menores ou negativas em virtude dos choques externos, a razão Exportações/PIB pode aumentar por decisões deliberadas de governos ou em face da inércia impostas por contratos de exportações já firmados. Além disso, os governos certamente empreenderão esforços no sentido de manter os canais de comércio externos com seus parceiros externos abertos a duras penas.

B.2 Penetração de Exportações como Função de Choques Externos

Usando a periodização proposta por Zhu (2008), mas acrescentando o ano de 2009 para captar em particular os impactos da crise financeira internacional iniciada em 2008, estimou-se um modelo com fundamentação teórica inspirada, tal como Zhu, na abordagem de Bacha (1987). Esse modelo constitui a estrutura básica usada para analisar as respostas de políticas na forma de penetração de exportações nos países da SADC.

¹⁸ Ver evidências de sincronização na seção 3 deste artigo.

Para estimar a equação do modelo, foram usados dados em painel, abrangendo séries da razão Exportação/PIB (PX) e do resultado da balança de bens e serviços/PIB (CEBS) e da balança em conta corrente/PIB (CECC) no período 1990/2009 em nível de país. Foram usadas duas medidas alternativas de choques externos. O indicador CEBS, mais restrito, procura captar as dimensões dos choques externos reflectidos nas contas da balança de bens e serviços, originárias da deterioração e de outros entraves aos fluxos comerciais e financeiros, agudizados em tempo de crise. O indicador CECC é mais abrangente, pois inclui todas as restrições reflectidas nas contas da balança em conta corrente, incluindo, portanto a balança de rendimentos e as transferências unilaterais líquidas, rubricas que inclui fluxos financeiros internacionais mais sensíveis às situações de crises, como remessas de dividendos e de lucros e receitas de transferências de nacionais que residem e trabalham nos países afectados por crise, etc. O uso de dupla mensuração reside na estratégia de localizar mais precisamente onde e como os choques externos são transmitidos de uma economia para outra através dos resultados das contas do balanço de pagamento.

O número total de observações do painel varia em função da disponibilidade de dados. No caso do indicador CEBS, há dados disponíveis para os 15 países em todos os anos do período 1990/09. Portanto, o painel contém 300 observações para estimar a equação. Tratando-se do indicador CEBS, há dados disponíveis da balança em conta corrente na forma definida segundo a metodologia da balança de pagamentos para 10 países (África do Sul, Angola, Botswana, Lesoto, Maurícias, Moçambique, Namíbia, Seychelles, Suazilândia e Tanzânia). Assim, o painel contém somente 200 observações¹⁹.

A equação básica a ser estimada é a seguinte:

$$PX_{jt} = a + b CE_{jt} + u_{jt}. \quad (4.1)$$

Nessa equação, PX_{jt} indica a penetração das exportações do país j no ano t e CE_{jt} expressa os choques externos sobre o país j no ano t , medidos alternativamente pelas razões Balança de bens e serviços (CEBS) e Balança em conta corrente/PIB (CECC).

Quanto ao sinal esperado do coeficiente de CE, espera-se que sejam negativos, dado que a racionalização é que choques adversos estão necessária e directamente associados a reduções de superávits ou à ampliação de deficits que estimulariam estratégias de aumentos de exportações como proporção do PIB ou penetração das exportações (PX), como reacção aos choques. Em outras palavras, quanto mais elevados forem os impactos dos choques, mais negativa será a balança em conta corrente em termos de superávits menores ou de deficits maiores e, portanto, maiores serão os esforços para elevar as exportações como proporção do PIB.

Como os impactos de choques externos se alterem ao longo do tempo a depender do tamanho, natureza e da duração da crise, a expectativa *a priori* é que o coeficiente de CE seja variável. Isso significa que quanto mais aguda for a crise mais intensos são os impactos sobre as contas da balança em conta corrente e, portanto, cresce, nesse caso, a necessidade de medidas neutralizadoras nos países afectados. Por exemplo, há certo consenso de que a crise financeira internacional actualmente em curso é mais grave nos 80 anos. Isso implica recessão economia e reflexos mais fortes nas economias menos desenvolvidas, hoje mais integralizadas do que nunca. Para captar essas mudanças temporais dos impactos dos choques e testar sua significância estatística, foram usadas variáveis *dummies* multiplicativas (termos de interacção) para indicar e diferenciar os

¹⁹ A fonte dessas séries é a base de dados do Banco Mundial, divulgada no sítio: <http://databank.worldbank.org>.

diferentes períodos de crise a partir de 1990, de acordo com a periodização sugerida por Zhu (2008) com o acréscimo do ano de 2009, como início dos efeitos da crise actual.

Assim, foram definidas cinco variáveis *dummies*, a saber: a) D9091 que vale 1 no biénio 1990/91 e zero nas demais anos, b) D9295 que assume o valor 1 de 1992 a 1995 e zero contrariamente, c) D9600 que vale 1 no período 1996/00 e zero fora desses anos, d) D0105 que é igual a 1 em 2001/05 e zero no caso contrário, e e) D0909 que vale 1 em 2009 (crise actual) e zero nos demais anos. O subperíodo 2006/08, considerado favorável em termos de comércio internacional, foi tomado como referência em comparação com os demais subperíodos em que registou algum tipo de crise geradora de choques externos transmitidos às demais economias através do mecanismo de sincronização cíclica de actividades.

Desse modo, à Equação 4.1 serão incorporadas na forma de termos multiplicativos essas cinco variáveis, como segue:

$$PX_{jt} = a + b CE_{jt} + c_1 CExD9091 + c_2 CExD9295 + c_3 CExD9600 + c_4 CExD0105 + c_5 CExD0909 + v_{jt} \quad (4.2)$$

Desse modo, o coeficiente **b** em cada subperíodo é acrescido do coeficiente da *dummy* correspondente. Por exemplo, no subperíodo 2001/05 com efeitos específicos dos choques captados pela *dummy* D0105, o efeito total será (**b** + **c₄**). Assim, se **c₄** < 0, como esperado, significa que o impacto adverso se intensifica. Interpretação semelhante vale para as outras *dummies*.

Como a amostra de dados envolve 15 economias com características distintas, mais algumas variáveis *dummies* podem ser incorporadas à Equação 4.2, de modo a captar possíveis diferenciais da razão Exportação/PIB entre países, tal como deve ocorrer no caso de Angola por ser país com elevado nível de produção e exportação de petróleo.

Como se trata de dados dispostos em painel, a opção foi pelo uso de modelo de equação única, estimado por métodos apropriados nesses casos. Ademais, o uso de modelos de dados em painel apresenta três vantagens principais: a) minimizam problemas de possíveis omissões de variáveis explicativas, e b) permite explorar mais apropriadamente as diferenças entre países²⁰, e c) as variáveis explicativas usadas alternativamente – razão da balanço de bens e serviços/PIB e do balanço em conta corrente/PIB como indicadores de choques externos – são exógenas por excelência, não havendo, por isso, razões de a estimação gerar viés de simultaneidade e coeficientes inconsistentes de modo a justificar especificação na forma de sistema de equações do tipo simultâneo, concebido pela *Cowles Commission*, ou de modelos vectoriais auto-regressivos (VAR)²¹.

Por envolver séries de tempo, a validade de equações estimadas com base em dados em painel quanto à ausência de espuriedade ou não significação económica foi atestada pela rejeição das hipóteses de raiz unitária das variáveis PX e CEBS e CECC [teste de Levin, Lin e Chu (2002)] e de cointegração [teste de Pedroni (2004)]²² para níveis de significância de 5 por cento ou menos nos dois casos.

²⁰ Ver, entre outros, Asteriou e Hall (2007), *op. cit.*, p.344.

²¹ Sobre esses dois tipos de modelos, ver, entre outros, Charemza e Deadman (1997), pp. 150-161.

²² Citados no Eviews 7 User's Guide II, cap. 15.

A equação especificada nesses termos foi estimada pelo método de mínimos quadrados generalizados ponderados (EGLS) para dados em painel. Optou-se por esse método por levar em conta vários padrões de correlação entre os resíduos²³ e permitir o uso de ponderação de variáveis para corrigir problemas de variância de resíduos não constantes. Desse modo, espera-se que os erros-padrão estimados associados aos coeficientes sejam robustos.

Os resultados obtidos com a estimação do modelo com as duas formas alternativas de medir os choques externos são apresentados na Tabela 4.1²⁴.

Especificação	Equação 1	Estatística t	Equação 2	Estatística t
Constante	31,299	126,58***	66,277	89,37***
CEBS	-0,244	-23,15***	-	-
CECC	-	-	-5,909	-1,50
CEBCxD9091	0,372	35,75***	-	-
CEBSXD9295	0,389	49,53***	-	-
CEBCxD9600	0,348	44,1***	-	-
CEBSXD0105	0,037	2,88***	-	-
CEBCxD0909	0,154	22,55***	-	-
CECCXD9091	-	-	-55,859	-14,23***
CECCXD9295	-	-	-36,531	-8,82***
CECCXD9600	-	-	-41,864	-9,4***
CECCXD0105	-	-	-9,262	-1,74*
CECCXD0909	-	-	-28,198	-6,69***
DAO	40,546	16,78***	-	-
BTW	-	-	-17,017	-18,28***
DAS	-	-	-40,559	-39,32***
DMU	28,392	36,86***	-	-
DMZ	-	-	-27,61	-28,63***
DSC	45,138	25,29***	-	-
DTZ	-	-	-38,997	-28,14***
DSW	41,637	32,04***	-	-
D80809	-	-	53,887	10,53***
D90303	-	-	22,886	26,81***
Estatística de Avaliação				
R ² Ajustado		0,979		0,930
Estatística F		1398,33***		220,74***
Estatística do Teste de Jarque-Bera		0,125***		1,327***
Estatística DW		1,69		1,35
Número de observações		300		200
Efeitos Interativos				
Coeficiente médio	-0,244	-	-5,909	-
Período 1990/91	0,128	-	-61,768	-
Período 1992/95	0,145	-	-42,440	-
Período 1996/00	0,104	-	-47,773	-
Período 2001/05	-0,207	-	-15,171	-
Período 2009/09	-0,090	-	-34,107	-

Notas:

1) Os asteriscos indicam níveis de significância de 1 por cento (***), 5 por cento (**) e 10 por cento (*).

2) Dado que se usou o método de mínimos quadrados generalizados para eliminar os problemas de autocorrelação serial, a estatística DW perde sua função nesse contexto

3) Os efeitos interativos indicam mudança no coeficiente das variáveis CEBS e CECC em diferentes períodos e são definidos pela soma desse coeficiente e dos coeficientes dos termos multiplicativos.

Além da robustez esperada em face do método de estimação usado, a hipótese de normalidade dos resíduos ($F_{JB}=1,251$ na Eq.1 e 1,327 na Eq.2) não é rejeitada para nível de significância de 1 por cento, o que constitui condição apropriada para a validade dos testes t e F, cujas estatísticas também

²³ Ver Eviews 7 User's Guide II, p.605.

²⁴ Ver relatórios de saída do Eviews no Anexo.

apontam, respectivamente, para a rejeição das hipóteses nulas de ausência de efeitos das variáveis explicativas individualmente e em seu conjunto, para níveis de significância de 1 por cento.

Com relação aos resultados obtidos, assinala-se em primeiro lugar a incorporação de quatro variáveis *dummies*, com a finalidade de captar diferenciais da razão exportação/PIB em Angola (DAO), Suazilândia (DSW), Seichelles (DSC) e Maurícias (DMU), assim como de melhorar a especificação do modelo (Equação 1). Essas *dummies* foram adicionadas à equação para captar níveis da razão Exportação/PIB (PX) acima dos valores médios da série. Desse modo, a *dummy* DAO 1 no caso de Angola, país exportador de petróleo com forte participação no PIB, e zero nos demais países. As demais – DSW, DSC e DMU – valem 1 para a Swazilândia, Seychelles e Maurícias, respectivamente, e zero no caso contrário.

Quanto ao significado económico desses resultados, observe-se, inicialmente, que as exportações como proporção do PIB (PX) dos países da SADC são inversamente associadas aos choques externos (CEBS). Isso indica que choques externos adversos que geram resultados negativos no balanço de bens e serviços associados a níveis mais elevados de exportações/PIB, o que sugere que esses países no período 1990/09, diante de impactos de choques exógenos adversos, reagiram ou fizeram ajustes consistentes com aumentos da penetração de suas exportações como estratégia adoptar para reverter quedas no balanço de bens e serviços: redução de superávits ou aumento de déficits. Tal resultado empírico dá suporte à hipótese e é consistente com os achados obtidos por ZHU (2008) para os países menos desenvolvidos.

Possíveis intensificações do impacto dos choques externos durante crises específicas ao longo do período 1990/09 encontram suporte empírico somente para os impactos das crises ocorridas nos períodos 2001/05 e 2009 (início da crise actual), conforme indicam os efeitos de interacção negativos mostrados na Tabela 4.1 para a Equação 1. Nos demais períodos, esses efeitos são positivos, o que não é consistente com os achados de Zhu (2008).

Tal resultado não plenamente consistente com as hipóteses teóricas sob teste decorreu na forma de medir os choques externos. Com efeito, quando é usado o indicador CECC que capta dimensões mais amplas do balanço da conta corrente, os resultados mudam significativamente, dando suporte empírico às hipóteses formuladas *a priori*. (Tabela 4.1, Equação 2). Observe-se que, apesar de não significativo estatisticamente nessa especificação, o coeficiente de CECC apresenta sinal teoricamente correto. O mais importante, no entanto, é que esse coeficiente estimado, por não ser constante ao longo do período amostral, sugere expressivas mudanças de impactos dos choques externos em diferentes fases de crises, conforme indicam os termos interactivos correspondentes à Equação 2, em que se usa um indicador mais abrangente, tal como fez Zhu (2008). Esses resultados indicam que os impactos de choques adversos que induzem ou possibilitam níveis mais elevados das exportações/PIB são intensificados em diferentes fases crises, dependendo de sua extensão e natureza. Individualmente, observe-se que esses efeitos associados à Equação 2 apresentam níveis de significância estatística distintos. À excepção do período 2001/05 (termo interactivo CECCxD0105), todos os efeitos multiplicativos indicativos de mudanças do impacto geral médio de CECC ($\hat{b} = -5,909$) são altamente significativos. Centrando nos períodos mais recentes, ressalte-se a significância do efeito dos choques em 2009, início plausível dos impactos da crise financeira actual sobre as económicas com actividades sincronizadas, como as do bloco africano em relação aos países mais avançados.

Com relação aos efeitos específicos de país, note-se que em todos os casos são registados diferenciais de níveis da razão exportações/PIB mais elevados e altamente significativos do ponto

de vista estatístico, indicando diferenciais locais superiores à média geral da variável dependente PX no caso de Angola, Maurícias e Seychelles e Suazilândia na Equação 1, ou inferiores tratando-se da Botswana, Moçambique e Tanzânia na Equação 2. No caso de Angola, os níveis mais elevados da razão Exportação/PIB (PX) podem ser atribuídos à sua condição forte produtor e exportador de petróleo. Nos demais casos, apesar de os diferenciais de PX indicarem características específicas reflectidas nos dados, as razões efectivas não foram identificadas. Isso não impede que sejam atribuídos significados económicos aos coeficientes associados a essas *dummies*. De qualquer modo, o controle realizado através dessas variáveis auxiliares permitiu a identificação mais precisa dos impactos dos choques. Na Equação 2, controlou-se também o efeito de *outlier* observado em 2003 para a Namíbia e mudança de nível em 2008/09 em Moçambique.

5. Considerações Finais e Recomendações

As questões formuladas inicialmente sobre os impactos de choques externos sobre as economias da SADC referiam à existência ou não de sincronização de actividades económicas em relação às economias mais desenvolvidas, com as quais mantêm relações de comércio e/ou financeiras, bem como se indagava sobre as reacções deliberadas ou simplesmente permitidas pelas circunstâncias, diante dos choques externos gerados pelas crises económicas e veiculados pelo processo de sincronização. Na verdade, sem as interconexões sincronizadas, não há o que falar sobre respostas de políticas, dado que as economias seriam independentes.

Quanto à sincronização, as evidências reunidas permitem concluir que as economias da SADC são em geral interligadas internacionalmente em razão de vínculos comerciais, financeiros e/ou culturais, isto é, são sincronizadas, principalmente com as economias da União Europeia e mais recentemente com a economia chinesa. Individualmente, os países da SADC apresentam muitas assimetrias quanto à sincronização de actividades. Em consequência, apesar de o bloco como um todo ser bastante interligado externamente, isoladamente a situação é bem diversa. A sincronização externa ocorre fundamentalmente com a África do Sul, Botswana, Namíbia e Swazilândia.

Posto que se constatou sincronização de actividades relativamente forte, a transmissão de choques originados externamente em função de crises é consequência natural. Quanto ao enfrentamento dessas adversidades através de políticas neutralizadoras deliberadas ou permitidas, há várias formas de fazê-lo, dependendo das características e da capacidade cada país. Isso se observa no painel de seis países para os quais se dispunham de informações qualitativas específicas (África do Sul, Angola, Namíbia, Maurícias, Tanzânia, Zâmbia e Zimbabwe). Entre as possibilidades de arranjos de políticas neutralizadores de choques externos, analisou-se a penetração das exportações (Exportação/PIB) como um indicador-síntese das acções deliberadamente empreendidas ou obtidas por força de outras acções e/ou possíveis pelas circunstâncias, levando à minimização ou neutralização dos impactos dos choques.

Com relação aos países da SADC, há evidências de que em geral os choques externos no período 1990/2009 motivaram reacções em termos de estabelecimento de políticas que neutralizassem os efeitos de choques, reflectidos directamente nos resultados do balanço em conta corrente como um todo, ou especificamente no balanço de bens e serviços²⁵.

²⁵ Observe-se que déficits elevados significam valores mais negativos ou menores no resultado da conta corrente do balanço de pagamento.

Quanto os impactos nos períodos com registos de choques mais intensos, há evidência de impactos diferenciados e mais intensos no somente em período 2001/05 e em 2009, quando se usa a razão Balanço de bens e serviços/PIB para captar as adversidades externas. No entanto, com a utilização de indicador mais abrangente (Balanço em conta corrente/PIB), os resultados mudam significativamente, sugerindo que os efeitos de choques variam no tempo a depender na extensão e da natureza das crises que lhes são subjacentes.

Em termos gerais, os Países da SADC devem considerar todos os constrangimentos e “trade-offs” e desenhar um Programa apropriado de ajuste macroeconómico. Esse programa deverá descrever os problemas macroeconómicos, e, ao mesmo tempo a âncora das expectativas dos investidores referente à formulação e implementação de políticas macroeconómicas. Esse programa deverá reflectir, o montante de ajuste da política doméstica, e por conseguinte, a situação da sua sustentabilidade da sua dívida.

Adicionalmente, a Política comercial poderia ter um papel fundamental para enfrentar a crise económica:

- ✓ Imediatamente, através da restauração da confiança, se os Governos da SADC trabalharem juntos nessa direcção;
- ✓ No curto prazo, evitando respostas proteccionistas que podem piorar as perspectivas económicas;
- ✓ No médio prazo, fornecendo oportunidades reais para a retoma da estabilidade económica.

A nível da Política económica, deveriam optar por um maior incentivo dos Sectores primários da economia, Agricultura, Pescas e outros, e pela substituição das importações. Uma vez que uma grande parte das economias da SADC, depara-se com o problema de monoprodução, ou dependência de exportação de um produto, sugere-se aos Governos, um maior programa de diversificação da economia. Por outro lado, não devem descuidar a necessidade de uma maior diversificação dos parceiros comerciais.

Ao nível do Sistema financeiro, sugere-se um maior reforço da Supervisão Bancária e análises macroprudenciais, com vista ao monitoramento da estabilidade financeira e antecipação de sinais de risco.

Por último, a recomendação da necessidade do maior reforço e coordenação das Políticas monetária e fiscal dos Países da SADC, direccionada a reduzir a exposição dos Países às atribuições do comércio internacional.

Referências

- AARLE, Bas van et al. *Study on economic integration and business cycle synchronization* (Final Report). Mannheim e Vienna: Centre for European Economic Research GmbH (ZEW)/Institute for Advanced Studies (HIS), November 2008.
- ASTERIOU, Dimitrios; HALL, Stephen G. *Applied econometrics: a modern approach*. Ed. Rev. New York: Palgrave MacMillan, 2007.
- BACHA, E. Annex: Terms of reference for the country studies. In: *Balance-of-payments experience and growth prospects of developing countries: a synthesis*. International Monetary Issues for the Developing Countries, United Nations Conference on Trade and Development, 1987. Citado por Zhu (2008)
- CÉSPEDES, Luis F.; GOLDFAJN, Ilan; LOWE, Phil e VALDÉS, Rodrigo. Policy responses to external shocks: the experiences of Australia, Brazil and Chile. *Working Paper of the Bank Central of Chile* n.321. Santiago, May 2005.
- CHAREMZA, W. W.; DEADMAN, D. F. *New directions in econometric practice: general to specific modeling, cointegration and vector autoregression*. 2nd ed. Cheltenham (UK): Edward Elgar, 1997.
- COMMITTEE OF AFRICAN FINANCE MINISTERS AND CENTRAL BANK GOVERNORS. *Impact of the crisis on African economies - Sustaining growth and poverty reduction: African perspectives and recommendations to the G20*.
- COMUNIDADE PARA O DESENVOLVIMENTO DA ÁFRICA AUSTRAL (SADC). *SADC Today*, v.8(1), Abril.2005, Disponível em: <http://www.sardc.net/editorial/sadctoday/>, acesso em 27.08.2010.
- IMPS, Jean. Trade, finance, specialization and synchronization. *IMF Working Paper* n. WP/03/81. Washington: IMF, April 2003.
- KRAAY, Aart e VENTURA, Jaume. Trade and fluctuations. *Policy Research Working Paper* n. 1560. The World Bank, December 1995.
- PONCE, Ramon A. C.; LLAMAS, Rogelio V.; HERNANDEZ, Juan M. O. Synchronization of economic activity between Mexico and the US: what are the causes? *Revista de Análisis Económico*, v.25(1);pp.15-48, Junio 2010.
- QUANTITATIVE MACRO SOFTWARE (QMS). *Eviews 7 User's Guide II, 1994-2009*.
- ZHU, Martin K. Impacts of external shocks on nations' policy responses and economic growth: world economic synchronization. *Journal of Applied Business and Economics*. May.2008.

Anexo – Equação da Penetração das Exportações, estimada pelo Eviews (versão 7)

Dependent Variable: PE
 Method: Panel EGLS (Cross-section SUR)
 Date: 11/03/11 Time: 07:28
 Sample: 1990 2009
 Periods included: 20
 Cross-sections included: 15
 Total panel (balanced) observations: 300
 Linear estimation after one-step weighting matrix
 White cross-section standard errors & covariance (d.f. corrected)
 WARNING: estimated coefficient covariance matrix is of reduced rank

Variable	Coefficient	Std. Error	t-Statistic	Prob.
C	31.29881	0.247267	126.5792	0.0000
CE	-0.224149	0.009681	-23.15400	0.0000
CE*D9091	0.372188	0.010411	35.74803	0.0000
CE*D9295	0.388952	0.007853	49.53166	0.0000
CE*D9600	0.347731	0.007886	44.09517	0.0000
CE*D0105	0.037425	0.012975	2.884382	0.0042
CE*D0909	0.154448	0.006848	22.55396	0.0000
DAO	40.54557	2.415916	16.78269	0.0000
DSW	41.63710	1.299469	32.04162	0.0000
DSC	45.13814	1.784801	25.29030	0.0000
DMU	28.39249	0.770307	36.85868	0.0000

Weighted Statistics

R-squared	0.979751	Mean dependent var	9.020155
Adjusted R-squared	0.979050	S.D. dependent var	18.88821
S.E. of regression	1.014252	Sum squared resid	297.2965
F-statistic	1398.326	Durbin-Watson stat	1.691809
Prob(F-statistic)	0.000000		

Unweighted Statistics

R-squared	0.682056	Mean dependent var	41.24288
Sum squared resid	44489.23	Durbin-Watson stat	0.265792